4. Empresas — Registo comercial

AVEIRO

SANTA MARIA DA FEIRA

CORTICEIRA AMORIM — SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 554/630502; identificação de pessoa colectiva n.º 500077797; inscrições n.os 34 e 35; números e data da apresentações: 63 e 64/30 de Abril de 1998.

Paula Cristina Gonçalves da Cunha, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira:

Certifica que, pelas apresentações supra-referidas, foram depositados na pasta respectiva os documentos relativos à prestação de contas e contas consolidadas do ano de exercício de 1997.

Conferida, está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 10 de Março de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Paula Cristina Gonçalves da Cunha*.

Relatório e contas de 1997

Relatório de gestão

No cumprimento do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório de gestão, as contas do exercício de 1997 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei.

I — Evolução macroeconómica em 1997

Economia global

O crescimento mundial foi afectado pela crise cambial e financeira que emergiu na Ásia, e que dominou totalmente o 2.º semestre. O fenómeno pautou-se pela crise da dívida privada e pela desvalorização forte das divisas locais *versus* USD. Mesmo assim estima-se que o PIB mundial tenha crescido 3,25%, o que representa a taxa mais alta na última década. A expansão foi generalizada, com a inflação a observar níveis baixos e contidos. A política monetária tem sido expansionista. O Japão não foi de encontro ao antecipado — depois de ter registado um crescimento do PIB de 3,6% em 1996, ter-se-á quedado por apenas 1% (FMI) em 1997.

A subida dos impostos sobre o consumo, em Abril, foi penalizante para uma economia que ensaiava os primeiros passos da recuperação. O posicionamento dos diferentes países industrializados no ciclo económico manteve-se desigual.

Estados Unidos

A economia americana apresentou um crescimento da actividade acima da tendência de longo prazo, 3,7% para 1997, ao contrário dos 2,2% inicialmente esperados. Este crescimento ficou a dever-se à força da procura, resultante da boa situação financeira dos agregados familiares norte-americanos, e à manutenção de condições monetárias favoráveis — a política monetária do FED caracterizou-se por uma atitude *wait and see*. Um novo paradigma de crescimento — The New Age Economy — parece ter nascido, estabelecendo uma relação de causalidade entre os investimentos fortes em tecnologia de informação, que se verificam na economia americana, e o aumento de produtividade das organizações — os incrementos de produtividade, apesar de cada vez menores, garantiram que o aumento da actividade económica não conduzisse a pressões excessivas no mercado de trabalho e contribuíram para a inexistência de pressões inflacionistas. A economia registou elevada liquidez, o que contribuiu para a evolução positiva do mercado accionista americano. O desemprego diminuiu, tendo sido atingidos níveis mínimos recorde.

Uma taxa de poupança reduzida contribuiu também para a evolução do consumo. A balança comercial americana deteriorou-se ao longo de 1997, fruto de um dólar americano forte, do crescimento da economia americana e da estagnação da procura doméstica nipónica.

União Europeia

O ano de 1997 mostrou-se mais favorável à criação do euro do que o antecipado. O crescimento esperado aconteceu, tendo a inflação seguido, surpreendentemente, uma tendência descendente. A inflação média deve registar 2,2%. O crescimento assentou nas exportações. A maioria dos indicadores de curto prazo reflecte a reanimação da actividade. Organismos internacionais prevêem um crescimento do PIB em cerca de 2,6%. O desemprego deve ter estabilizado em volta de 11,1%, mas a economia europeia continua a demonstrar incapacidade em gerar novos empregos. O défice público deve registar 2,8% *versus* 4,3% no ano anterior, o que é uma alteração substancial. Manteve-se a estagnação do consumo interno. O investimento a nível europeu cresceu à taxa de 2,0% em 1997, quando em 1996 aumentou apenas 1,0%. A maior parte dos países continentais cresceu em consonância, sendo o Reino Unido a única excepção ao panorama geral.

Alemanha

A economia apresentou uma clara divisão em 1997: por um lado um crescimento do sector exportador que induziu um aumento do investimento em equipamento; por outro, uma procura doméstica fraca, com as vendas a retalho e a construção a registarem *performance*s piores do que no ano anterior — o sector da construção alemã registou uma queda de 3,0% nas vendas nos primeiros 10 meses de 1997 na parte ocidental e de 6,0% na parte oriental. A Alemanha perdeu 463 000 empregos no ano que finalizou, apesar da criação de 170 000 novos postos de trabalho no sector dos serviços. Depois de ter atingido 10,4% em 1996, a taxa de desemprego para 1997 deverá registar 11,4%. Apesar disso, a confiança dos industriais esteve em alta, especialmente no Q2 e Q3, tendo-se observado um aumento da carteira de encomendas de produtos intermédios e de investimento.

Portugal

A política económica nacional foi em 1997 condicionada pela necessidade de cumprir os critérios de *Maastricht*, tendo a economia consolidado o processo de convergência nominal face à UE. O objectivo de inflação a 2,2% foi atingido, em parte auxiliado pela concertação da política salarial, pela estabilidade cambial e ainda pela diminuição do preço do petróleo.

As grandes obras públicas impulsionaram o investimento público e o crescimento da economia via sector da construção — este cresceu à taxa de 12,6%, com a utilização da capacidade produtiva instalada acima dos 80% na maioria dos meses. O PIB cresceu à taxa de 3,75% — crescimento acima da média europeia — *versus* 3,2% no ano anterior. O padrão de crescimento verificado em 1996 manteve-se em 1997 — o sector externo tem vindo a melhorar a sua contribuição para o PIB (a procura externa foi estimulada pelo crescimento de 2,6% registado pela UE, valor que compara com 1,6% no ano de 1996), e o consumo privado registou estabilidade, reflexo da fragilidade da confiança dos consumidores, intimamente ligada que está ao problema do desemprego. Este último agregado estabilizou em volta de 7%. Foi ainda possível observar uma prestação mais favorável do investimento.

A expansão da capacidade produtiva na indústria transformadora foi um dos factos verificados em 1997.

O mercado monetário observou uma queda acentuada das taxas de juro em virtude do bom cumprimento dos critérios e da confiança na entrada de Portugal na 1.ª fase da moeda única — o *spread versus* Alemanha passou de 323bp para 130bp nas taxas a três meses; nos 10 anos o *spread versus* Alemanha terá passado de 110bp para 30bp (síntese mensal de conjuntura do BoP).

Ano terminou com actividade económica real a registar níveis de confiança altos (INE).

2 — Actividades operacionais

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., encontram-se estruturadas por unidades de negócios, das quais se dá conta, em seguida, dos aspectos mais relevantes da sua actividade em 1997.

Unidade de negócios: naturais

Esta unidade de negócios desenvolve a sua actividade no sector das rolhas de cortiça: naturais, champanhe, aglomeradas e rolhas com cápsula, que se destinam à actividade vinícola e, como subproduto, o sector de blocos, com destino à actividade de revestimentos, decoração e calçado.

A unidade de negócios de naturais atingiu em 1997 um crescimento das vendas de 25%, sendo de destacar o sector de rolhas, que corresponde a mais de 2,0 biliões de unidades, o qual representou um acréscimo de 26% em valor e 10% em termos quantitativos.

Para este crescimento muito contribuiu o aumento da produção vinícola a nível mundial, do qual destacamos os Estados Unidos da América, a América Latina, a África do Sul e a Oceania, países onde não só mantivemos, como aumentamos a quota de mercado.

As empresas distribuidoras *sales* no mercado externo, desenvolveram um volume de negócios de 8,7 milhões de contos, mais 34% do que no ano transacto, para o que contribuiu o reforço das participações nos mercados americano e australiano. Neste aspecto, é de salientar a aquisição da F. P. Portocork nos EUA, reforçando a importância que este mercado representa para a Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Na continuação da estratégia de aproximação aos clientes finais, no ano de 1997, reforçamos as nossas participações (envolvimento financeiro) no mercado húngaro e sul-africano, cujos efeitos se farão sentir em 1998.

A montante e no que respeita aos mercados fornecedores de matérias-primas, o ano de 1997 culminou com a aquisição de uma empresa produtora na Tunísia, a Fabrique Liège de Tabarka. A entrada no mercado tunisino corresponde a mais um passo na estratégia de internacionalização da Corticeira Amorim, e na diversificação das fontes abastecedoras de matérias-primas. Deste modo, poder-se-á atenuar o efeito do aumento de preço da cortiça observado nos últimos anos e, em especial, durante 1997.

O ano de 1997 foi aquele em que se consolidou a segmentação das empresas por mercado e por produto. A Amorim & Irmãos II, S. A., centralizou a sua comercialização nos mercados português e espanhol e a empresa Raro, centralizou a produção de rolhas com cápsulas.

Unidade de negócios de revestimentos

O ano de 1997 apresentou indícios de melhoria global das condições macroeconómicas a nível europeu, mercado fundamental para esta unidade de negócios. O crescimento económico mostrou-se mais consistente, ajustado por uma descida das taxas de juro, solidificação de políticas de equilíbrio orçamental e pela manutenção do nível de emprego.

Estes factores permitiram que o consumo e o investimento privado tivessem um ligeiro crescimento. Os indicadores de confiança dos consumidores revelaram-se mais favoráveis e a procura de produtos naturais (onde se incluem os revestimentos com cortiça) manteve-se crescente na sequência de uma tendência que se verifica desde o início dos anos 90.

Face a esta envolvente mais positiva, as vendas de revestimentos de solos de cortiça da Corticeira Amorim cresceram em valor cerca de 2%. De notar que este crescimento se efectivou apesar dos dois principais mercados, Alemanha e Holanda, terem ainda apresentado crescimentos negativos, o que significou um crescimento noutros mercados e, logo, uma menor dependência daqueles; a manutenção da paridade do escudo face às principais moedas de facturação é outro factor a ter em conta na análise deste negócio.

Este exercício está também ligado ao aprofundamento da presença da Corticeira Amorim no mercado europeu, através da Amorim Revestimentos, S. A., e suas empresas participadas, vincando o sentido estratégico desta área de negócios pelo reforço das competências nos sectores de suporte à actividade comercial — pós venda, *marketing*, tecnologias de informação e logística.

A interligação do sector de distribuição com as unidades industriais tem sido melhorada continuamente, com ganhos significativos na capacidade de resposta e adaptação às solicitações do mercado.

Mantiveram-se aos níveis do ano passado os esforços de publicidade e campanhas promocionais e de comunicação. A Alemanha, pela sua dimensão e posição quantitativa, terá uma quota-parte significativa destes gastos. A marca Wicanders está gradualmente a impor-se nos segmentos de mercado para que foi dirigida. O acréscimo do peso desta gama de produtos nas vendas contribuiu, em 1997, para uma melhoria do *mix* em termos de rentabilidade, apesar de estarmos conscientes dos esforços que ainda terão de ser feitos e mantidos na divulgação do conceito *wicanders*.

No que respeita às principais matérias-primas utilizadas e restantes factores de produção, foi possível manter padrões de consumo e preços de incorporação idênticos aos dos períodos anteriores. Este facto, juntamente com o acréscimo de vendas referido anteriormente e, principalmente, a melhoria do *mix* dos produtos vendidos, corresponderam a uma melhoria significativa nos resultados desta unidade de negócio. Os investimentos estiveram nos níveis apresentados no ano passado e dirigiram-se para áreas de aumento de eficiência operativa.

Unidade de negócios de granulados e aglomerados brancos

Durante o ano de 1997, a actividade da Corticeira Amorim nas áreas de granulados, aglomerados brancos e *gifts*, foi caracterizada pelo crescimento nas vendas de aglomerados brancos nas suas diversas aplicações face ao período de 1996 e pela continuação do desenvolvimento de novas aplicações finais para os granulados técnicos de cortiça (Granos). Foram, assim, garantidos os necessários ritmos de crescimento face a 1996.

O crescimento das vendas desta unidade de negócios apurou-se em cerca de 13%.

Apesar de alguma instabilidade no mercado abastecedor de desperdícios de cortiça, sentida a partir do 2.º semestre do ano, foram atingidos os níveis quantitativos e qualitativos de matérias-primas capazes de garantir índices de produção e produtividade consentâneos com os objectivos anuais pré-estabelecidos.

A política de investimentos seguida durante 1997, orientou o esforço financeiro para o reforço de ganhos de produtividade, aumento de capacidades produtivas, renovação tecnológica, política ambiental e melhoria das condições de higiene e de segurança.

Foi dado especial relevo, durante 1997, ao desenvolvimento de parcerias estratégicas com vários parceiros de negócio, na prossecução de projectos de desenvolvimento de novas aplicações para os produtos existentes e inovação de novos produtos e serviços.

Unidade de negócios de cortiça com borracha

A estrutura accionista desta unidade de negócios sofreu alterações durante o ano de 1997. Ao longo do último trimestre, a Corticeira Amorim adquiriu uma participação de 35% no capital social da Corkbor — Investimentos e Participações, S. A., e passa assim a deter 100% desta empresa, a qual concentra as participações sociais na unidade de negócios de cortiça com borracha, nomeadamente, Global Technology Systems — Badger Cork Division, Sociedade Corticeira Concorco, S. A., e Rubecork — Indústria de Cortiça e Borracha, S. A.

A aquisição acima referida teve como objectivos fundamentais, o aproveitamento de sinergias com outras áreas de negócio da Corticeira Amorim, a redução de custos de estrutura, uma maior interligação a nível dos recursos humanos, uma plataforma de maior dinâmica de aplicações alternativas de cortiça e, finalmente, um reforço na estratégia de verticalização.

O volume de vendas desta unidade de negócios, registado em 1997, foi superior ao ano anterior em cerca de 10%. Para esta evolução, contribuiu, a evolução da taxa de câmbio do dólar, utilizado na consolidação das contas GTS-USA, de acordo com as normas contabilísticas internacionalmente aceites.

Não houve alterações significativas nas condições de funcionamento do mercado, onde as empresas desta unidade de negócios operam. Continuou a verificar-se, contudo, movimentações dos grandes *players*, no mercado das autopeças, no sentido das concentrações. Continua-se a implementar a nossa estratégia de diversificação geográfica e de ampliações.

O ano de 1997, foi um ano de intensa actividade no campo da pesquisa e desenvolvimento, conseguindo-se resultados animadores relativamente a materiais com destino ao sector automóvel e ao condicionamento acústico e vibrático. Neste campo, há a destacar o papel estratégico desempenhado pela nossa participada CDM — Composite Damping Material.

Em termos de organização, salienta-se o excelente resultado na auditoria de seguimento realizada na Concorco, a *performance* demonstrada pelo sistema de qualidade da Rubecork, que teve o seu expoente máximo na auditoria realizada pela APCER e a continuação dos trabalhos na GTS-USA na melhoria do sistema de qualidade, fazendo-se prever a certificação da empresa pela Norma QS-9000, durante o ano de 1998.

Unidade de negócios de isolamentos

Apesar do crescimento nas vendas, pode concluir-se que o mesmo não se deve ao aumento do consumo, mas sim ao facto da quebra da produção em Espanha, cujas quantidades foram absorvidas pela indústria portuguesa.

Significa isto que o mercado utilizador de aglomerados de cortiça de isolamento se manteve estável em relação a 1996.

Em relação às vendas, pelas razões referidas, verificou-se uma melhoria significativa em termos de quantidades, bem como a intro-

dução de algumas especialidades com maior valor acrescentado, resultando no aumento da facturação, a rondar os 20%.

A implementação do novo plano estratégico, elaborado em 1995 que consiste na procura de mercados nicho e necessária adaptação à especificidade de cada um deles, apresenta-se já com resultados positivos, deixando ainda antever perspectivas favoráveis em relação ao futuro.

O *know-how* acumulado, as melhorias tecnológicas introduzidas, a optimização da capacidade industrial instalada e o melhor controlo dos consumos energéticos e matérias-primas, permitiram a desejada contenção dos custos industriais.

3 — O mercado accionista

O ano de 1997 terá sido o ano de consolidação do mercado accionista português, o que se traduziu no exercício com a melhor *performance* dos últimos anos, resultado da maior confiança dos investidores, quer nacionais, quer internacionais. A este facto não foram alheios alguns factores relevantes:

O programa de privatizações, que permitiu que o mercado accionista aumentasse em dimensão e em liquidez;

A estabilidade cambial e a progressiva redução da taxa de inflação, bem como a queda das taxas de juro;

A transferência de parte importante da poupança nacional para o mercado de acções;

Uma maior visibilidade do mercado nacional;

Em 1 de Outubro de 1997, empresas portuguesas passaram a integrar a família dos índices Dow Jones Globais;

A inclusão de Portugal no índice de mercados desenvolvidos da Morgan Stanley Capital Internacional em Dezembro último. A carteira do índice MSCI Portugal é composta por 19 empresas seleccionadas de acordo com o seu peso no mercado de capitais que, em cada momento, poderá ser revista em resposta a alterações dos pesos relativos dessas empresas no mercado. Entre estas 19 empresas está a Corticeira Amorim — SGPS, S. A. O MSCI Portugal apresentou a maior valorização anual do conjunto dos mercados desenvolvidos em que se encontra inserido.

Assim, e no contexto de descida de taxas de juro que vivemos, nomeadamente com a introdução do euro, estão criadas algumas condições para que o ano de 1998 se traduza em crescimento do mercado accionista português, e que se continue a justificar o investimento em activos portugueses.

As acções da Corticeira Amorim, representativas do capital social de 14 300 milhares de contos, encontram-se cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação em contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991, de que se apresentam os principais indicadores relativos às transacções ocorridas:

No final de 1997 as acções da Corticeira Amorim, foram transaccionadas a 2200$, o que representou um aumento de 29,03% em relação à cotação do fim de 1996. A cotação máxima atingida durante o referido ano foi de 2500$ por acção;

O índice BVL Geral fechou o ano de 1997 a 1922,72, o que se traduz numa variação homóloga de 65,25%.

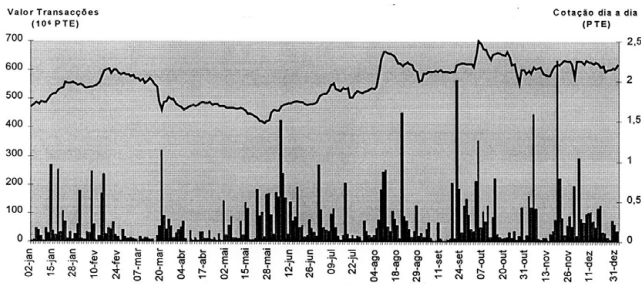
Em termos comparativos, o volume de transacções do mercado accionista mais do que triplicou em relação a 1996, passando a média diária de 4 para 14,6 milhões de contos em 1997. De relevar que no mês de Dezembro, o volume médio diário atingiu os 23 milhões de contos.

O gráfico abaixo, mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da Corticeira Amorim, ao longo de 1997:

Descrição	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Número de acções transaccionadas	6 770 241	4 400 377	9 799 423	5 363 916	13 500 108	8 835 382
Cotações:						
Máxima	1 260	1 806	2 960	2 771	2 175	2 500
Média	1 063	1 355	2 455	2 050	1 768	1 971
Mínima	848	690	1 797	1 450	1 550	1 470
Frequência negocial (percentagem)	93	93	97	96	96	100

Fonte. — 1997: BVL.

Corticeira Amorim no mercado de valores mobiliários



4 — Conta de resultados

Os resultados líquidos do exercício elevaram-se a 6706 milhares contos, com o seguinte detalhe:

(Em milhares de contos)

Descrição	1997	1996
Custos operacionais	— 61	— 63
Resultados financeiros	1 347	1 364
Resultados extraordinários	5 420	— 665
Resultados líquidos	6 706	636

Como se pode observar, mantiveram-se os padrões de custos operacionais e dos resultados financeiros, sendo a grande alteração provocada pelos resultados extraordinários obtidos pela alienação de uma participada da Corticeira Amorim, no âmbito da reorganização das unidades de negócio.

5 — Estrutura financeira

O activo líquido atingiu, no final do exercício, o valor de 47,4 milhões de contos, ou seja, um crescimento de 5,6 milhões de contos face a 1996.

Esta alteração deveu-se, essencialmente, ao acréscimo no valor dos suprimentos e prestações suplementares concedidos às empresas participadas.

(Em milhares de contos)

Descrição	1997	1996
Imobilizado financeiro	35 999	34 653
Dívidas de terceiros	11 329	7 087
Outras contas do activo	36	97
Totais	47 364	41 837

Face ao excedente resultante da actividade e às aplicações referidas anteriormente, o passivo teve uma redução de cerca de meio milhão de contos, com particular incidência no endividamento bancário.

(Em milhares de contos)

Descrição	1997	1996
Empréstimo obrigacionista	5 500	5 500
Empréstimo bancário	1 675	3 256
Dívidas a terceiros	1 167	83
Provisões	215	190
Diferimentos	29	21
Totais	8 586	9 050

O acréscimo certificado nas dívidas a terceiros, é resultante da aplicação de excedentes de tesouraria de uma empresa participada junto da Corticeira Amorim.

Os capitais próprios atingiram, no final do exercício, o montante de 38,8 milhões de contos, após distribuição de dividendos relativos ao exercício de 1996, no valor de 0,715 milhões de contos.

6 — Recursos humanos

A Corticeira Amorim privilegiou, em 1997, a intervenção na área dos recursos humanos, nomeadamente no recrutamento, na formação profissional e na prevenção, higiene e segurança no trabalho, sendo de realçar o recrutamento de quadros técnicos superiores e de 23 jovens licenciados, com o objectivo de rejuvenescer a sua estrutura de competências.

Relativamente ao absentismo, verificou-se uma descida de 0,5% deste indicador, estabilizando nos 3% nos últimos meses do ano. É importante referir que a grande contribuição para esta descida foi a diminuição da percentagem de baixas em cerca de 20%, assim como importante foi ainda a descida do índice de gravidade de acidentes de trabalho para 0,2% na média do ano, 0,3% abaixo do objectivo proposto para 1997.

O ano de 1997 foi ainda de forte aposta na formação profissional, como meio privilegiado de valorização e motivação dos trabalhadores, e que teve como resultado um aumento de 1753 participantes nas acções de formação, totalizando 4155 em 1997. Estes valores representaram em horas de formação um aumento de 47,6%, ou seja, de 9775 horas/ano, que corresponde a um total de 30.286 horas, valor médio de 11,2 horas por colaborador (no universo das empresas internas).

O esforço de investimento realizado em formação profissional ilustra a atenção dispensada à valorização dos recursos humanos da Corticeira Amorim, tendo sido possível, ao longo do ano, disponibilizar diferentes tipos de acções de formação, que passaram por acções para novos colaboradores, gestão para executivos, formação ao nível informático, quer para utilizadores, quer para operadores de sistemas, organização de secretariado e gestão administrativa e financeira, qualidade e acções dirigidas às necessidades de produção e tecnológicas.

7 — Perspectivas para 1998 (envolvente)

Economia mundial

As previsões internacionais apontam para crescimento do produto e do comércio mundial acima das tendências de longo prazo em 1997 e 1998. Contudo, os efeitos da crise asiática ainda não são totalmente perceptíveis e é natural que retirem brilho aos valores indicados pelos organismos internacionais: 4% para o PIB e 7% para o comércio internacional. Nos países industrializados, fruto do abrandamento que se antecipa para os EUA e Reino Unido, perspectiva-se um menor crescimento depois da fase de expansão de 1997. O ritmo de crescimento destes países continua dessincronizado, esperando-se que no próximo ano tal venha a ser minimizado. A crise asiática manter-se-á pelo menos durante o 1.º semestre de 1998. O Japão é peça fundamental neste *puzzle*, no sentido em que, sendo a segunda maior economia mundial, se encontra no meio da crise e se encontra à beira de uma recessão. A economia europeia encontra-se menos exposta, comercialmente, à crise asiática e, como tal, terá maior margem para passar a política monetária de expansionista a neutra. As mercadorias internacionais experimentarão um período de queda de preços pelo efeito deflacionista que a crise financeira e económica está a implicar na Ásia. O grande risco para o crescimento da economia mundial em 1998 reside no agravamento da crise asiática.

Estados Unidos

Antecipa-se um abrandamento da economia americana mas com um crescimento, ainda assim, acima da tendência de longo prazo (2,5%). A diminuição de exportações para a Ásia e a diminuição do consumo privado, serão duas realidades presentes em 1998 — tendo a taxa de poupança dos particulares registado um mínimo de 50 anos a apenas 3,8% em 1997, não é previsível que esta situação se mantenha este ano; a emergência de um mercado bolsista menos favorável acarretará uma viragem dos consumidores para a poupança e uma queda no consumo. A inflação deve registar cerca de 1,6% em 1998, o que compara com 1,7% para 1997. O FED deverá aguardar pela constatação dos efeitos da crise asiática antes de actuar a nível monetário. A BTC deverá registar evolução negativa, devido a menores exportações e menor investimento de não-residentes nos mercados americanos. A OCDE prevê que o saldo da BTC passe de — 2,1% para — 2,5% em 1998.

União Europeia

O enquadramento económico europeu para 1998 será, sem dúvida, dominado pela criação da moeda única. No entanto, convém ponderar a existência de riscos políticos à introdução do euro, como sejam as eleições na Alemanha em Setembro e riscos económicos e financeiros — após inclusão no euro. Os orçamentos para 1999 dos países *in* podem reflectir políticas fiscais menos restritivas. A nível cambial julga-se que as taxas de conversão serão definidas pelas taxas centrais do SME. Em termos de política monetária, é de antecipar uma subida das taxas do *core* até Maio, e a descida das taxas dos países periféricos após a indicação dos participantes no euro. A convergência deverá ocorrer no intervalo de 4% a 4,5%. A OCDE prevê crescimento do PIB a 2,8%. De notar, entretanto, que o crescimento repartir-se-á de forma desigual pelos diferentes países, registando o *core* uma evolução menos positiva do que os países da Europa do Sul. O desemprego continua a apresentar-se como a questão mais gravosa do panorama europeu — a taxa média actual para a União Europeia é de 11% e não se constata a tomada de decisões integradas que contrariem a tendência de aumento observada. Perspectiva-se um crescimento forte do investimento, decorrente do aumento verificado na produção industrial, na capacidade utilizada e na confiança que parece percorrer o meio empresarial europeu. A inflação europeia deverá manter-se nos níveis actuais apesar das expectativas de aumento da actividade, de investimento e de consumo.

Da evolução económica europeia dependerá, em grande medida, o crescimento da procura interna do bloco, procura essa que deverá crescer à medida que a política fiscal se torne menos rígida, os mercados de trabalho reflictam um carácter mais positivo ao nível da confiança, e o crescimento dos salários reais se mantenha e ainda com a descida de taxas de juro nos países periféricos.

Dos países que não integrarão o euro, o Reino Unido e a Suécia apresentam taxas de crescimento forte e políticas monetárias agressivas e deverão manter este perfil. A força da procura doméstica deve diminuir no Reino Unido, enquanto o investimento deve registar evolução inversa.

Alemanha

Sabendo-se que o crescimento do PIB alemão em 1997 se deveu, em quase 22%, ao incremento das exportações, a crise asiática vem colocar algumas reticências na continuação deste movimento. A OCDE antecipa um crescimento de 3,0%, mas revisões em baixa deverão ser observadas. A inflação poderá registar valores ligeiramente acima de 2%, uma vez que o IVA será aumentado em 1,0% em Abril e adicionalmente se prevê que a economia cresça mais do que em 1997. Estima-se ainda um aumento do desemprego na Alemanha: o sector da construção e a Alemanha de Leste sentirão mais de perto esta realidade e não se antecipa qualquer alteração até à segunda metade de 1998. Esta situação acarretará penalização ao nível da confiança dos consumidores e, logicamente, no consumo. Espera-se que a contenção da inflação e a menor subida de taxas de juro contrabalancem este efeito.

A Confederação Alemã da Indústria de Construção estima que o investimento global para o próximo ano deverá cair 2,4%, e que a deterioração do contexto económico deverá estabilizar na parte ocidental (— 1,5%) mas que piorará na parte oriental (— 4,5%). As perspectivas para os próximos anos, para a parte oriental alemã, são muito negativas.

Portugal

A economia portuguesa deverá manter um ritmo vivo em 1998 assegurando um crescimento acima da média europeia. Segundo a OCDE Portugal deverá crescer 3,5% em 1998, em consequência de um crescimento económico em 1997 superior ao verificado na média dos países daquela organização, e da elevada confiança dos empresários relativamente ao andamento da economia — a confiança dos agentes económicos vem aumentada pelo processo de estabilidade macroeconómica e convergência.

A envolvente externa deve ser favorável ao crescimento, permitindo a manutenção dos equilíbrios macroeconómicos no interno. A inflação nacional deverá estabilizar nos valores actuais. De resto, espera-se uma desaceleração dos salários em 1998. Também a queda das *commodities* a nível internacional poderá auxiliar a manutenção dos preços em níveis a que Portugal não se encontrava habituado. O sector da construção civil vai crescer menos em 1998, o que decorre da finalização das grandes obras públicas actualmente em execução. Segundo a AECOPS deverá crescer 4,0%, o que compara com 12,6% em 1997. O investimento deverá crescer 7,5% em 1998, após ter crescido 9% no ano de 1997.

A política macroeconómica será determinada pela estabilização/melhoria dos níveis apresentados pelas variáveis «maastrichtianas» consolidação fiscal e estabilidade cambial — o défice orçamental deverá

manter-se nos 2,9%, ao mesmo tempo que a dívida pública em percentagem do PIB deverá atingir os 64,9%, ainda acima do limite fixado por Maastricht denotando, contudo, uma clara tendência de queda quando comparado com os 66,5% em 1997. O desemprego deve registar 6,3%.

Actividades operacionais

Unidade de negócios de naturais

Na perspectiva de reforçar a nova posição junto dos clientes finais no que concerne à qualidade e aproximação física, a Corticeira Amorim vem continuando com os processos de certificação das suas empresas produtoras. O reforço da posição nos mercados externos deverá ser acentuado com o impacto das aquisições efectuadas no final de 1997, Hungarocork e Portocork South África.

Perspectiva-se, assim, uma evolução positiva na actividade desta unidade de negócios.

Unidade de negócios de revestimentos

Para o ano de 1998, espera-se que as condições favoráveis observadas neste exercício se mantenham. Na área de revestimentos de solos, a Corticeira Amorim irá continuar a privilegiar a prestação de um serviço completo aos seus clientes, não só ao nível do produto, mas também na formação e acompanhamento de instaladores. O fornecimento de produtos complementares que garantam a total integridade do serviço fornecido, o suporte de *marketing* e logístico que facilitem a interligação com os clientes finais e a apresentação de novas formas de combinar a cortiça com outros materiais ou *designs*, serão áreas a ter em especial atenção.

Unidade de negócios de granulados e aglomerados brancos

Estima-se a continuação de boa *performance* de vendas verificada durante 1997, nas áreas de negócio de granulados e aglomerados brancos. Na área *gifts*, pensamos ser 1998 o ano de efectivação do lançamento da nova linha de produtos, o que proporcionará um forte crescimento no volume de vendas.

Continuar-se-á com a política de investimentos constantes do plano estratégico a cinco anos, cujos principais objectivos são o reforço de ganhos de produtividade e consequente redução de custos de produção, aumento de capacidades produtivas, renovação tecnológica e ambiental.

Irá manter-se, simultaneamente, a política de formação iniciada no ano de 1996, como parte integrante de um plano trianual que pretende atingir todos os níveis da empresa. Será dada especial relevância a acções de formação que garantam a continuação da mudança organizacional e cultural que é necessária à efectivação da missão e dos valores da empresa.

Unidade de negócios de cortiça com borracha

No ano de 1998, continuar-se-á com a implementação da estratégia descrita na análise do exercício findo. É previsível a obtenção de alguns êxitos técnicos e comerciais, que poderão ter reflexo no volume de vendas. Poder-se-á, contudo, observar alguma diminuição de vendas para os países do Extremo Oriente.

Unidade de negócios de isolamentos

O ano de 1998 pressupõe continuar a implementação do plano estratégico, adaptado às novas realidades que vão surgindo, o que irá, com certeza, permitir a consolidação reforçada da Amorim Isolamentos nos mercados utilizadores dos aglomerados de isolamento em cortiça.

Continuar-se-á a apostar na divulgação dos produtos, realçando as vantagens técnicas e ecológicas sempre direccionadas às áreas geográficas e culturais sensíveis às questões relacionadas com o ambiente.

Manter-se-á a flexibilidade industrial a pensar nas especialidades de maior valor acrescentado, bem como em novos produtos complementares, sempre no enquadramento da filosofia da Amorim Isolamentos, na área dos naturais e ecológicos, não descurando os mercados tradicionais na aplicação dos aglomerados de isolamento.

O facto desta actividade estar vocacionada para produtos naturais e a mensagem dirigida às áreas sensíveis ao ambiente, implica preocupações de retaguarda, pressupondo uma indústria limpa, factos que não são esquecidos, levando a investimentos/custos na área industrial, a implementar nos próximos anos, mas com início já em 1998.

Finalmente, analisados todos os aspectos, pode-se concluir que a actividade da empresa reúne condições para ligeiras melhorias em 1998.

Resultados

Não se prevêem alterações significativas na actividade social da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Os resultados líquidos deverão apresentar um crescimento relativamente a 1997, em resultado do aumento dos proveitos financeiros gerados pelo maior nível de suprimentos às empresas participadas.

8 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que o resultado líquido apurado segundo as contas sociais referentes ao ano de 1997, no valor de 6 705 981 186$60, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal — 335 299 059$60.
Para reservas livres — 5 512 682 127$.
Para dividendos — 858 000 000$.

9 — Eventos posteriores

Posteriormente a 31 de Dezembro de 1997 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

10 — Fecho do relatório

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Às entidades e instituições de crédito, pela importante colaboração prestada;

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 27 de Fevereiro de 1998. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Anexo ao relatório do conselho de administração em 31 de Dezembro de 1997

1 — Acções detidas pelos órgãos sociais da empresa, à data de 31 de Dezembro de 1997, em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Conselho de administração	Quant. de acções detidas em 31 Dez. de 1996	Acções adquiridas no exercício de 1997		Acções vendidas no exercício de 1997		Quant. de acções detidas em 31 Dez. de 1997
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)	
Américo Ferreira de Amorim	6 493	–	–	–	–	6 493
Joaquim Ferreira de Amorim	–	–	–	–	–	–
José Américo Amorim Coelho	–	–	–	–	–	–
José Manuel Ferreira dos Santos	–	–	–	–	–	–
António Rios de Amorim	–	–	–	–	–	–
Jorge Armindo Carvalho Teixeira	–	–	–	–	–	–
Rui Miguel Duarte Alegre	–	–	–	–	–	–

2 — Accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa, à data de 31 de Dezembro de 1997, em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. — 52,42%.

Mozelos, 27 de Fevereiro de 1998. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço em 31 de Dezembro de 1997

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	758	324	434	258
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	14 309 993	–	14 309 993	13 175 252
Empréstimos a empresas do grupo	21 688 707	–	21 688 707	21 477 434
	35 998 700	–	35 998 700	34 652 686
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Empresas do grupo	11 326 052	–	11 326 052	7 080 943
Estado e outros entes públicos	1 834	–	1 834	5 289
Outros devedores	1 626	–	1 626	725
	11 329 512	–	11 329 512	7 086 957
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	1 478		1 478	45 314
Caixa	50		50	50
	1 528		1 528	45 364
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	3 382		3 382	10 627
Custos diferidos	30 684		30 684	40 807
	34 066		34 066	51 434
Total de amortizações		324		
Total do activo	47 364 564	324	47 364 240	41 836 699

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1997	1996
Capital próprio:		
Capital	14 300 000	14 300 000
Prémios de emissão de acções	12 610 000	12 610 000
Reservas de reavaliação	812 347	812 347
Reservas:		
Reservas legais	596 369	564 591
Outras reservas	3 753 415	3 864 655
Subtotal	32 072 131	32 151 593

(Em milhares de escudos)

	1997	1996
Resultado líquido do exercício	6 705 981	635 538
Total do capital próprio	38 778 112	32 787 131
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	214 650	189 650
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	5 500 000	5 500 000
Dívidas a instituições de crédito	15 152	84 353
Outros empréstimos obtidos	6 525	38 586
	5 521 677	5 622 939
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	1 660 089	3 172 104
Fornecedores, c/c	1 917	254
Empresas do Grupo	1 105 900	–
Outros accionistas	543	496
Outros empréstimos obtidos	32 061	25 536
Estado e outros entes públicos	18 942	17 591
Outros credores	794	–
	2 820 246	3 215 981
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	29 555	20 998
Total do passivo	8 586 128	9 049 568
Total do capital próprio e do passivo	47 364 240	41 836 699

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1997

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1997		1996	
Fornecimentos e serviços externos		34 003		44 888
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	152		43	
Provisões do exercício	25 000	25 152	14 650	14 693
Impostos		2 028		3 789
(*A*)		61 183		63 370
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do grupo	6 962		425	
Outros	446 370	453 332	1 026 794	1 027 219
(*C*)		514 515		1 090 589
Custos e perdas extraordinários		–		1 193 777
(*E*)		514 515		2 284 366
Imposto sobre o rendimento do exercício		–		–
(*G*)		514 515		2 284 366
Resultado líquido do exercício		6 705 981		635 538
		7 220 496		2 919 904

PROVEITOS E GANHOS

(Em milhares de escudos)

	1997		1996	
Rendimentos de participações de capital:				
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo	1 765 690		2 342 466	
Outros	34 806	1 800 496	48 755	2 391 221
(*D*)		1 800 496		2 391 221
Proveitos e ganhos extraordinários		5 420 000		528 683
(*F*)		7 220 496		2 919 904
Resumo:				
Resultados operacionais: (*B*) – (*A*) =		– 61 183		– 63 370
Resultados financeiros: (*D*) – (*C* – *A*) =		1 347 164		1 364 002
Resultados correntes: (*D*) – (*C*) =		1 285 981		1 300 632
Resultados antes de impostos: (*F*) – (*E*) =		6 705 981		635 538
Resultado líquido do exercício: (*F*) – (*G*)=		6 705 981		635 538

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1997

(Valores expressos em contos)

Introdução:

Por imposição legal decorrente da transformação da empresa numa sociedade gestora de participações sociais, ocorrida por escritura pública de 3 de Dezembro de 1990, foi transferido todo o seu património industrial, bem como as demais rubricas do seu balanço directamente relacionadas com a sua actividade industrial, para uma sociedade para o efeito constituída, por domínio total inicial, denominada Corticeira Amorim — Indústria, S. A.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

1 — Disposições do POC derrogadas:

A empresa derrogou o estabelecido na directriz contabilística n.º 9/92, em virtude de já apresentar desde 1991 contas consolidadas, as quais apresentam de um modo mais verdadeiro e apropriado a situação da empresa e do seu Grupo.

Nas demonstrações financeiras, não é apresentada a demonstração de resultados por funções, pelo facto de a directriz contabilística n.º 20 ter sido publicada a 5 de Agosto de 1997, e não ter sido possível adaptar o sistema informativo contabilístico a tempo de permitir a relevação das transacções do período, de acordo com os critérios de classificação exigidos.

2 — Valores comparativos:

Nada a referir.

3 — Critérios valorimétricos:

a) *Transacções em moeda estrangeira*. — As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

b) *Imobilizações incorpóreas*. — Incluem gastos com registo de marcas, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes em 10 anos.

c) *Investimentos financeiros*. — São expressos pelo respectivo custo histórico de aquisição, incluindo eventuais despesas directamente relacionadas com a compra, observando-se quando aplicável a norma interpretativa n.º 8/87 da Comissão de Normalização Contabilística.

Os rendimentos das participações de capital só são reconhecidos quando, efectivamente recebidos. Os proveitos relativos a aplicações de tesouraria foram periodizados e reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

As perdas potenciais de natureza não temporária são provisionadas. Relativamente a 31 de Dezembro de 1997, considera-se não existirem situações que requeiram a constituição de provisões.

4 — Taxas de câmbio utilizadas nas demonstrações financeiras:

A empresa actualizou os valores activos e passivos originariamente em moeda estrangeira ao câmbio de 31 de Dezembro de 1997.

5 — Efeito da utilização de critérios de base fiscal:

Não foram adoptados critérios que afectem o resultado do exercício, com vista a obter vantagens fiscais.

6 — Situações que afectem impostos futuros:

Os prejuízos fiscais de 1996 e o remanescente de 1995, no valor, respectivamente de 1 641 049 contos e 3 406 328 contos, sujeitos à confirmação pelas autoridades fiscais, poderão ser compensados com lucros tributáveis apurados até 2000 e 2001, respectivamente.

7 — Volume de emprego:

A empresa não tem empregados ao seu serviço.

8 — Imobilizações incorpóreas:

Nada a referir.

9 — Trespasses:

Não existem situações relativas a trespasses.

10 — Movimentos no activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos	430	328	–	–	758

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Investimentos financeiros:					
Partes de capital e empresas do grupo	13 175 252	1 414 741	180 000	(100 000)	14 309 993
Empréstimos a empresas do grupo	21 477 434	211 273	–	–	21 688 707
	34 652 686	1 626 014	180 000	(100 000)	35 998 700

Amortizações e provisões:

Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	172	152	–	324

11 — Custos financeiros capitalizados:

Não aplicável.

12 — Critérios de reavaliação do imobilizado:

Não aplicável.

13 — Efeito das reavaliações no imobilizado:

Não aplicável.

14 — Outras informações relativas ao activo imobilizado:

Não existem imobilizações em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia ou localizadas no estrangeiro.

15 — Valor contabilístico dos bens utilizados ou adquiridos em locação financeira:

Não foram utilizados ou adquiridos bens em regime de locação financeira.

16 — Informação relativa a empresas do grupo, empresas associadas e empresas participadas:

Empresa	Sede	Capital social	Acções/ quotas	Percentagem do capital social	Valor de balanço	Últimas contas aprovadas		
						Capitais próprios	Resultado	Ano
Empresas do Grupo:								
Amorim Benelux, S. A.	Bélgica	BEF 1 250 000	(*a*) 125	10,00	513	BEF 1 161 000	BEF 106 000	1996
Amorim Cork Distrition Netherlands BV	Holanda	NLG 40 000	(*a*) 40	100,00	3 047	NLG 11 000	NLG (3 000)	1996
Amorim Desenvolvimento — Inv. Financ., S. A.	Mozelos	600 000	600 000	100,00	961 076	945 193	7 359	1996
Amorim & Irmãos, SGPS, S. A.	S. M. Lamas	500 000	500 000	100,00	(*b*) 9 705 000	9 693 549	(11 451)	1996
Amorim Isolamentos, S. A.	Mozelos	20 000	16 000	80,00	16 000	(7 545)	(28 910)	1996
Amorim Plus — Aglomer. de Cortiça, S. A.	Mozelos	50 000	10 000	20,00	(*c*) 124 500	245 215	39 650	1996
Amorim Trading, L.da	Mozelos	10 000	10 000	100,00	(*d*) 185 054	107 749	(17 214)	1996
Corkbor — Investim. e Participações, S. A.	Mozelos	330 000	170 000	51,52	964 692	318 008	(7 262)	1996
Cort. Amorim — Indústria, S. A.	Mozelos	2 000 000	1 820 000	91,00	(*e*) 1 937 000	2 299 440	39 175	1996
Labcork — Lab. Central Grupo Amorim, S. A.	Mozelos	5 000	5 000	100,00	(*f*) 73 000	6 023	665	1996
Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	Funchal	5 000	4 996	99,92	(*g*) 274 996	(*i*)	(*i*)	(*i*)
OSI — Org. e Sistemas Informáticos, L.da	Mozelos	5 000	5 000	100,00	(*h*) 65 115	30 006	(18 953)	1996
Total					14 309 993			

(*a*) Acções de 1000 NLG; BEF.
(*b*) Inclui 9 205 000 contos de prestações acessórias.
(*c*) Inclui 114 500 contos de prestações acessórias.
(*d*) Inclui 175 000 contos de prestações suplementares.
(*e*) Inclui 117 000 contos de prestações acessórias.
(*f*) Inclui 68 000 contos de prestações acessórias.
(*g*) Inclui 270 000 contos de prestações acessórias.
(*h*) Inclui 60 000 contos de prestações suplementares.
(*i*) Constituída em 1997.

A empresa é consolidada na Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., com sede em Meladas, Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira.

17 — Títulos negociáveis:

Nada a referir.

18 — Investimentos financeiros em fundos de tesouraria:

Nada a referir.

19 — Valores de mercado dos elementos do activo circulante:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

20 — Outras informações relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

21 — Provisões extraordinárias relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

22 — Valor das existências fora da empresa:

Não aplicável.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Nada a referir.

24 — Adiantamentos e empréstimos aos membros dos corpos sociais:

Não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos aos órgãos sociais.

25 — Saldos com o pessoal:

Não aplicável.

26 — Dívidas tituladas:

Não existem dívidas tituladas para além das que se encontram evidenciadas no balanço.

27 — Obrigações convertíveis, títulos de participação e outros títulos ou direitos similares:

1) Papel comercial:

A empresa emitiu em Maio de 1994 um programa de papel comercial no montante de 7 500 000 000$ por subscrição particular. O prazo do programa é de um ano, prorrogável, para a totalidade ou parte do montante, por acordo entre as partes, o que aconteceu em 26 de Junho de 1997, para a totalidade do programa.

A duração média das emissões efectuadas em 1997 foi de 27 dias (em 1996: 31 dias).

Em 31 de Dezembro de 1997 o programa estava utilizado em 889 600 contos (em 31 de Dezembro de 1996: 2 822 305 contos).

Todas as emissões de papel comercial efectuadas ao abrigo deste programa têm garantia de subscrição à taxa de intervenção e os respectivos reembolsos são totalmente garantidos por um sindicato de instituições financeiras.

2) Obrigações:

Em Junho de 1995, foram emitidas 5 500 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de 1000$ cada, por subscrição particular e integralmente realizadas e por um prazo máximo de cinco anos.

A taxa de juro do 1.º cupão foi determinada no antepenúltimo dia útil imediatamente anterior à data da subscrição da emissão, sendo igual à média aritmética das 10 últimas taxas Lisbor a seis meses acrescida de 30 *basis points*, arredondada para um, dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior. Para os cupões seguintes, a taxa de juro tem sido e será variável, determinada no antepenúltimo dia útil imediatamente anterior ao início do período de contagem dos juros, sendo igual à média aritmética das dez últimas taxas Lisbor a seis meses acrescida de 30 *basis points*, arredondada para um, dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior.

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data do pagamento do 10.º cupão, ou seja a 19 de Junho de 2000, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial. O reembolso antecipado poderá ser efectuado a partir da data do vencimento do 4.º cupão por redução do valor nominal, sem qualquer penalização.

28 — Dívidas em mora ao Estado:

Não existem dívidas em situação de mora ao Estado e outros entes públicos.

29 — Passivo vencível a mais de cinco anos:

Não existem dívidas a terceiros a mais de cinco anos.

30 — Garantias reais prestadas:

Não foram prestadas garantias reais para cobertura de dívidas a terceiros.

31 — Compromissos financeiros:

Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço.

32 — Garantias prestadas:

À data de 31 de Dezembro de 1997, encontram-se prestadas as seguintes garantias:

Entidades	Moeda	Valor
Amorim Portugal — Revestimentos e Decoração, S. A.	(*a*)	50 000
Amorim Trading — Comércio de Importação e Exportação, L.da	(*a*)	83 886
Amorim Revestimentos, S. A.	(*a*)	950 000
Raro — Indústria e Comercialização de Cortiça, S. A.	(*a*)	50 000
Rubecork — Indústria de Cortiça & Borracha, S. A.	(*a*)	1 535 000
Sociedade Corticeira Concorco, S. A.	(*a*)	100 000
OSI — Organização e Sistemas Informáticos, L.da	(*a*)	10 000
Amorim Isolamentos, S. A.	(*a*)	200 446
Infocork — Gestão de Empresas, L.da	(*a*)	50 000
Amorim & Irmãos, S. A.	(*a*)	835 292
Amorim & Irmãos, S. A.	FRF	2 334 000
Portocork Internacional, S. A.	USD	3 000 000
Vasconcelos & Lycnke, S. A.	(*a*)	90 000
Itexcork — Ind. de Transformação e Exportação de Cortiça, L.da	(*a*)	60 000
Badger Cork & Manufacturing Co. (GTS)	USD	6 000 000
Amorim Cork Internacional, S. A.	ATS	1 500 000
Amorim Cork Internacional, S. A.	DEM	6 000 000
Amorim Cork Internacional, S. A.	FRF	1 925 962
Amorim Cork Internacional (PTY), Ltd.	ZAR	3 000 000
Comatral — Compagnie Marrocaine de Transformation de Liège, S. A	MAD	7 600 000
A/S Wicanders Expanko	DKK	3 200 000
Gerhard Schiesser, GmbH	ATS	23 500 000
Intercork, S. A.	ESP	40 000 000
Amorim France	FRF	4 000 000
Fab. Liège Tabarka	USD	800 000

Entidades	Moeda	Valor
Amorim Cork GmbH	DEM	7 000 000
Proli, S. R. A. L.	FRF	5 000 000
Korken Graf	DEM	600 000
2.ª Repartição Finanças — Santa Maria da Feira	(*a*)	386 486
ICEP	(*a*)	26 100
Tribunal do Trabalho	(*a*)	16 853
Caixa Geral de Depósitos	(*a*)	5 241 392
ABN	(*a*)	1 500 000

(*a*) Milhares de escudos.

40 000 acções Corticeira Amorim — Indústria, S. A., depositadas, a título de caução, em processo litigioso.

Além disso, a empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

Amorim — Cork Distribution Netherlands BV, Amorim — Cork Internacional, S. A., Amorim & Irmãos, SGPS, S. A., Amorim Desenvolvimento — Investimentos Financeiros, S. A., Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A., OSI — Org. e Sistemas Informáticos, L.da, e Amorim Trading, L.da

33 — Diferenças entre a importância das dívidas a pagar e as quantias arrecadadas:

Não aplicável.

34 — Movimentos das provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	189 650	25 000	–	214 650

35 — Movimentos no capital social:

Durante o exercício de 1997, não houve movimentos no capital social.

36 — Decomposição do capital social:

No final do exercício, o capital social está representado por 14 300 000 acções ordinárias que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1000$.

37 — Pessoas colectivas com participação superior a 20% no capital da empresa:

Amorim Capital — SGPS, S. A. 52,42%

38 — Subscrições de capital realizadas no exercício:

Durante o exercício não foram efectuadas subscrições de capital.

39 — Reservas de reavaliação:

Não houve movimentos nas contas de reservas de reavaliação.

40 — Movimentos nos capitais próprios:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital social	14 300 000	–	–	14 300 000
Prémios de emissão	12 610 000	–	–	12 610 000
Reservas de reavaliação	812 347	–	–	812 347
Reservas legais	564 591	31 778	–	596 369
Reservas especiais	2 420	–	–	2 420
Reservas livres	3 862 235	–	111 240	3 750 995
Resultado líquido do exercício	635 538	6 705 981	635 538	6 705 981
	32 787 131	6 737 759	746 778	38 778 112

Em 1997, o montante dos dividendos colocados à disposição dos accionistas, foi de 715 000 contos, conforme deliberação da assembleia geral de 27 de Março de 1997.

41 — Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

42 — Variação da produção:

Não aplicável.

43 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais:

Revisor oficial de contas — 5780 contos.

44 — Distribuição das vendas por mercados e segmentos de actividade:

Não aplicável.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1997	1996
681 — Juros suportados	421 988	939 107
685 — Diferença de câmbio desfavoráveis	7 683	44 894
688 — Outros custos e perdas financeiros	23 661	43 218
Resultados financeiros	1 347 164	1 364 002
	1 800 496	2 391 221

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
781 — Juros obtidos	1 770 866	2 365 780
785 — Diferença de câmbio favoráveis	29 629	25 440
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	1	1
	1 800 496	2 391 221

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1997	1996
694 — Perdas em imobilizações	–	1 193 767
695 — Multas e penalidades	–	10
Resultados extraordinários	5 420 000	(665 094)
	5 420 000	528 683

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
794 — Ganhos em imobilizações	5 420 000	528 000
797 — Correcções relativas a exercícios anteriores	–	3
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	–	680
	5 420 000	528 683

47 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

Informação relativa ao n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro.
Relação dos suprimentos do exercício de 1997 e respectivas posições devedoras à data de 31 de Dezembro de 1997:

a) Suprimentos efectuados:

Participada	Valores	Data	Saldos devedores a 31 de Dezembro de 1997
Amorim & Irmãos II — Ind. e Comercialização de Cortiça, S. A.	220 000	31-1-1997	–
Amorim & Irmãos, SGPS, S. A.	47 042	20-1-1997	
	16 529	31-1-1997	
	1 000 000	28-2-1997	
	350 000	6-5-1997	
	3 563 000	9-6-1997	
	918 918	1-7-1997	
	430 000	9-7-1997	
	450 000	1-8-1997	
	350 000	26-9-1997	
	450 000	24-10-1997	
	522 262	31-12-1997	6 787 262
Amorim & Irmãos, S. A.	500 000	26-3-1997	–

Participada	Valores	Data	Saldos devedores a 31 de Dezembro de 1997
Amorim Benelux	2 472	3-11-1997	64 831
Amorim Cork Internacional, S. A.	147 500	13-3-1997	
	40	31-3-1997	
	1 000	31-3-1997	
	4 650	12-5-1997	
	8 550	16-5-1997	
	7 700	23-6-1997	
	42	30-6-1997	
	1 007	30-6-1997	
	43	10-10-1997	
	1 058	10-10-1997	
	45	22-12-1997	
	1 078	22-12-1997	5 369 066
Amorim Cork Netherlands	41 994	26-9-1997	
	8 162	22-12-1997	292 811
Amorim Desenvolvimento — Investimentos Financeiros, S. A.	1 000	3-3-1997	
	12 110	28-4-1997	
	500	4-6-1997	
	1 000	4-7-1997	
	1 000	10-11-1997	
	1 000	17-11-1997	34 110
Amorim Ibérica — Decoração, S. A.	3 500	4-3-1997	
	200 000	6-5-1997	
	98 500	9-7-1997	
	70 000	1-8-1997	
	30 000	26-9-1997	
	30 000	30-12-1997	458 500
Amorim Isolamentos, S. A.	190 293	3-1-1997	
	60 000	31-1-1997	
	30 000	20-2-1997	
	40 500	4-4-1997	
	64 481	31-12-1997	1 050 931
Amorim Plus — Aglomerados de Cortiça, S. A.	–	–	150 000
Amorim Revestimentos, S. A.	100 000	17-1-1997	
	90 000	30-12-1997	4 817 916
Amorim Trading — Comércio de Importação e Exportação, L.da	35 000	7-3-1997	
	6 000	9-6-1997	41 000
Amorim (UK), Ltd.	–	–	151 515
APLIFIN — Aplicações Financeiras, S. A.	1 200 000	28-11-1997	
	5 019 000	5-12-1997	
	561 000	30-12-1997	6 780 000
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.	100 000	1-8-1997	
	100 000	26-9-1997	150 000
Corkbor — Investimentos e Participações, S. A.	6 449	31-12-1997	78 105
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	5 600 000	1-8-1997	
	285 384	31-12-1997	6 559 212
OSI — Organização e Sistemas Informáticos, L.da	6 000	28-5-1997	
	4 000	30-5-1997	
	10 000	7-7-1997	
	16 500	1-8-1997	
	7 000	26-9-1997	
	4 000	24-10-1997	
	12 000	15-12-1997	49 500
Portocork Internacional, S. A.	12 000	31-1-1997	
	40 000	4-3-1997	
	150 000	26-3-1997	–
Raro — Indústria e Comercialização de Cortiça, S. A.	50 000	4-3-1997	
	400 000	26-3-1997	–
Vasconcelos & Lyncke, S. A.	140 000	1-8-1997	
	40 000	10-10-1997	180 000
Total			33 014 759

b) Suprimentos recebidos:

Participada	Valores	Data	Saldos devedores a 31 de Dezembro de 1997
Amorim Capital — SGPS, S. A.	384 000	24-10-1997	384 000

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

À semelhança da generalidade dos grupos económicos portugueses, foi a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., confrontada no ano de 1996 com uma atitude inesperada da administração fiscal de exigência de imposto de selo à taxa de 5% sobre os suprimentos recebidos da Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A.

No entanto, de acordo com a doutrina unânime, vertida em pareceres de vários especialistas em direito fiscal consultados, tal exigência é ilegítima por razões de inconstitucionalidade material e ilegalidade comunitária, pelo que, é nossa convicção de que tal imposto não é devido.

Como resultado de inspecções efectuadas pelas autoridades fiscais, a empresa foi notificada em exercícios anteriores para proceder a liquidações adicionais relativas a impostos sobre lucros e respectivos juros compensatórios. A empresa impugnou judicialmente a posição das autoridades fiscais, sendo sua intenção defender esta posição em todas as instâncias. Como medida de precaução foi constituída em anos anteriores uma provisão de 189 650 milhares contos, reforçada em 25 000 contos no exercício de 1997, a qual figura nas contas na rubrica de provisões para riscos e encargos, valor considerado suficiente para fazer face aos riscos existentes.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1997 (que evidencia um total de balanço de 47 364 240 contos e um total de capital próprio de 38 778 112 contos, incluindo um resultado líquido de 6 705 981 contos), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (*i*) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iii*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*iv*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 1997, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na nota n.º 1 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, a empresa ter derrogado o expresso na directriz contabilística n.º 9, apresentando os valores das partes de capital em filiais pelo método do custo.

Porto, 27 de Fevereiro de 1998. — Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1997.

No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e do Grupo. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou contrato de sociedade tendo emitido as certificações legais das contas, em anexo, que devem ser entendidas como parte integrante deste relatório. Elaboramos os relatórios sobre a fiscalização endereçados ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, tanto das contas sociais como das contas consolidadas, foram preparados de acordo com as disposições legais;

ii) As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) Os relatórios de gestão são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes das certificações legais das contas, somos do parecer que:

i) Sejam aprovados os relatórios de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras sociais e consolidadas;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 27 de Fevereiro de 1998. — O Fiscal Único: Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e contas consolidadas de 1997

Relatório consolidado de gestão

Srs. Accionistas:

No cumprimento do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do exercício de 1997 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei.

1 — Evolução macroeconómica em 1997

Economia global

O crescimento mundial foi afectado pela crise cambial e financeira que emergiu na Ásia, e que dominou totalmente o 2.º semestre. O fenómeno pautou-se pela crise da dívida privada e pela desvalorização forte das divisas locais *versus* USD. Mesmo assim estima-se que o PIB mundial tenha crescido 3,25%, o que representa a taxa mais alta na última década. A expansão foi generalizada, com a inflação a observar níveis baixos e contidos. A política monetária tem sido expansionista. O Japão não foi de encontro ao antecipado — depois de ter registado um crescimento do PIB de 3,6% em 1996, ter-se-á quedado por apenas 1,0% (FMI) em 1997. A subida dos impostos sobre o consumo, em Abril, foi penalizante para uma economia que ensaiava os primeiros passos da recuperação. O posicionamento dos diferentes países industrializados no ciclo económico manteve-se desigual.

Estados Unidos

A economia americana apresentou um crescimento da actividade acima da tendência de longo prazo, 3,7% para 1997, ao contrário dos 2,2% inicialmente esperados. Este crescimento ficou a dever-se à força da procura, resultante da boa situação financeira dos agregados familiares norte-americanos, e à manutenção de condições monetárias favoráveis — a política monetária do FED caracterizou-se por uma atitude *wait and see*. Um novo paradigma de crescimento — The New Age Economy — parece ter nascido, estabelecendo uma relação de causalidade entre os investimentos fortes em tecnologia de informação, que se verificam na economia americana, e o aumento de produtividade das organizações — os incrementos de produtividade, apesar de cada vez menores, garantiram que o aumento da actividade económica não conduzisse a pressões excessivas no mercado de trabalho e contribuíram para a inexistência de pressões inflacionistas.

A economia registou elevada liquidez, o que contribuiu para a evolução positiva do mercado accionista americano.

O desemprego diminuiu, tendo sido atingidos níveis mínimos recorde. Uma taxa de poupança reduzida contribuiu também para a evolução do consumo. A balança comercial americana deteriorou-se ao longo de 1997, fruto de um dólar forte, do crescimento da economia americana e da estagnação da procura doméstica nipónica.

União Europeia

O ano de 1997 mostrou-se mais favorável à criação do euro do que o antecipado. O crescimento esperado aconteceu, tendo a inflação seguido, surpreendentemente, uma tendência descendente. A inflação média deve registar 2,2%. O crescimento assentou nas exportações. A maioria dos indicadores de curto prazo reflecte a reanimação da actividade. Organismos internacionais prevêem um crescimento do PIB em cerca de 2,6%. O desemprego deve ter estabilizado em volta de 11,1%, mas a economia europeia continua a demonstrar incapacidade em gerar novos empregos. O défice público deve registar 2,8% *versus* 4,3% no ano anterior, o que é uma alteração substancial. Manteve-se a estagnação do consumo interno. O investimento a nível europeu cresceu à taxa de 2,0% em 1997, quando em 1996 aumentou apenas 1,0%. A maior parte dos países continentais cresceu em consonância, sendo o Reino Unido a única excepção ao panorama geral.

Alemanha

A economia apresentou uma clara divisão em 1997: por um lado um crescimento do sector exportador que induziu um aumento do investimento em equipamento; por outro uma procura doméstica fraca, com as vendas a retalho e a construção a registarem *performance* pior do que no ano anterior — o sector da construção alemã registou uma queda de 3,0% nas vendas nos primeiros 10 meses de 1997 na parte ocidental e de 6,0% na parte oriental. A Alemanha perdeu 463 000 empregos no ano que finalizou, apesar da criação de 170 000 novos postos de trabalho no sector dos serviços. Depois de ter atingido 10,4% em 1996, a taxa de desemprego para 1997 deverá registar 11,4%. Apesar disso, a confiança dos industriais esteve em alta, especialmente no Q2 e Q3, tendo-se observado um aumento da carteira de encomendas de produtos intermédios e de investimento.

Portugal

A política económica nacional foi em 1997 condicionada pela necessidade de cumprir os critérios de Maastricht, tendo a economia consolidado o processo de convergência nominal face à UE. O objectivo de inflação a 2,2% foi atingido, em parte auxiliado pela concertação da política salarial, pela estabilidade cambial e ainda pela diminuição do preço do petróleo. As grandes obras públicas impulsionaram o investimento público e o crescimento da economia via sector da construção — este cresceu à taxa de 12,6%, com a utilização da capacidade produtiva instalada acima dos 80% na maioria dos meses. O PIB cresceu à taxa de 3,75% — crescimento acima da média europeia — *versus* 3,2% no ano anterior. O padrão de crescimento verificado em 1996 manteve-se em 1997 — o sector externo tem vindo a melhorar a sua contribuição para o PIB (a procura externa foi estimulada pelo crescimento de 2,6% registado pela UE, valor que compara com 1,6% no ano de 1996), e o consumo privado registou estabilidade, reflexo da fragilidade da confiança dos consumidores, intimamente ligada que está ao problema do desemprego. Este último agregado estabilizou em volta de 7%. Foi ainda possível observar uma prestação mais favorável do investimento. A expansão da capacidade produtiva na indústria transformadora foi um dos factos verificados em 1997.

O mercado monetário observou uma queda acentuada das taxas de juro em virtude do bom cumprimento dos critérios e da confiança na entrada de Portugal na 1.ª fase da moeda única — o *spread versus* Alemanha passou de 323bp para 130bp nas taxas a três meses; nos 10 anos o *spread versus* Alemanha terá passado de 110bp para 30bp (síntese mensal de conjuntura do BoP).

Ano terminou com actividade económica real a registar níveis de confiança altos (INE).

2 — Actividades operacionais

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., encontram-se estruturadas por unidades de negócios, com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos no exercício de 1997.

Unidade de negócios de naturais

Esta unidade de negócios desenvolve a sua actividade no sector das rolhas de cortiça: naturais, champanhe, aglomeradas e rolhas com cápsula, que se destinam à actividade vinícola e, como subproduto, o sector de blocos, com destino à actividade de revestimentos, decoração e calçado.

A unidade de negócios de naturais atingiu em 1997 um crescimento das vendas de 25%, sendo de destacar o sector de rolhas, que corresponde a mais de 2,0 biliões de unidades, o qual representou um acréscimo de 26% em valor e 10% em termos quantitativos.

Para este crescimento muito contribuiu o aumento da produção vinícola a nível mundial, do qual destacamos os Estados Unidos da América, a América Latina, a África do Sul e a Oceania, países onde não só mantivemos, como aumentamos a quota de mercado.

As empresas distribuidoras *sales* no mercado externo, desenvolveram um volume de negócios de 8,7 milhões de contos, mais 34% do que no ano transacto, para o que contribuiu o reforço das participações nos mercados americano e australiano. Neste aspecto, é de salientar a aquisição da F. P. Portocork nos EUA, reforçando a importância que este mercado representa para a Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Na continuação da estratégia de aproximação aos clientes finais, no ano de 1997, reforçamos as nossas participações (envolvimento financeiro) no mercado húngaro e sul-aAfricano, cujos efeitos se farão sentir em 1998.

A montante e no que respeita aos mercados fornecedores de matérias-primas, o ano de 1997 culminou com a aquisição de uma empresa produtora na Tunísia, a Fabrique Liège de Tabarka. A entrada no mercado tunisino corresponde a mais um passo na estratégia de internacionalização da Corticeira Amorim, e na diversificação das fontes abastecedoras de matérias-primas. Deste modo, poder-se-á atenuar o efeito do aumento de preço da cortiça observado nos últimos anos e, em especial, durante 1997.

O ano de 1997 foi aquele em que se consolidou a segmentação das empresas por mercado e por produto. A Amorim & Irmãos II, S. A., centralizou a sua comercialização nos mercados português e espanhol e a empresa Raro, centralizou a produção de rolhas com cápsulas.

Unidade de negócios de revestimentos

O ano de 1997 apresentou indícios de melhoria global das condições macroeconómicas a nível europeu, mercado fundamental para esta unidade de negócios. O crescimento económico mostrou-se mais

consistente, ajustado por uma descida das taxas de juro, solidificação de políticas de equilíbrio orçamental e pela manutenção do nível de emprego.

Estes factores permitiram que o consumo e o investimento privado tivessem um ligeiro crescimento. Os indicadores de confiança dos consumidores revelaram-se mais favoráveis e a procura de produtos naturais (onde se incluem os revestimentos com cortiça) manteve-se crescente na sequência de uma tendência que se verifica desde o início dos anos 90.

Face a esta envolvente mais positiva, as vendas de revestimentos de solos de cortiça da Corticeira Amorim cresceram em valor cerca de 2%.

De notar que este crescimento se efectivou apesar dos dois principais mercados, Alemanha e Holanda, terem ainda apresentado crescimentos negativos, o que significou um crescimento noutros mercados e, logo, uma menor dependência daqueles; a manutenção da paridade do escudo face às principais moedas de facturação é outro factor a ter em conta na análise deste negócio.

Este exercício está também ligado ao aprofundamento da presença da Corticeira Amorim no mercado europeu, através da Amorim Revestimentos, S. A., e suas empresas participadas, vincando o sentido estratégico desta área de negócios pelo reforço das competências nos sectores de suporte à actividade comercial — pós venda, *marketing*, tecnologias de informação e logística.

A interligação do sector de distribuição com as unidades industriais tem sido melhorada continuamente, com ganhos significativos na capacidade de resposta e adaptação às solicitações do mercado.

Mantiveram-se aos níveis do ano passado os esforços de publicidade e campanhas promocionais e de comunicação. A Alemanha, pela sua dimensão e posição quantitativa, terá uma quota-parte significativa destes gastos.

A marca *Wicanders* está gradualmente a impor-se nos segmentos de mercado para que foi dirigida. O acréscimo do peso desta gama de produtos nas vendas contribuiu, em 1997, para uma melhoria do *mix* em termos de rentabilidade, apesar de estarmos conscientes dos esforços que ainda terão de ser feitos e mantidos na divulgação do conceito *wicanders*.

No que respeita às principais matérias-primas utilizadas e restantes factores de produção, foi possível manter padrões de consumo e preços de incorporação idênticos aos dos períodos anteriores. Este facto, juntamente com o acréscimo de vendas referido anteriormente e, principalmente, a melhoria do *mix* dos produtos vendidos, corresponderam a uma melhoria significativa nos resultados desta unidade de negócio. Os investimentos estiveram nos níveis apresentados no ano passado e dirigiram-se para áreas de aumento de eficiência operativa.

Unidade de negócios de granulados e aglomerados brancos

Durante o ano de 1997, a actividade da Corticeira Amorim nas áreas de granulados, aglomerados brancos e *gifts*, foi caracterizada pelo crescimento nas vendas de aglomerados brancos nas suas diversas aplicações face ao período de 1996 e pela continuação do desenvolvimento de novas aplicações finais para os granulados técnicos de cortiça (granos).

Foram, assim, garantidos os necessários ritmos de crescimento face a 1996.

O crescimento das vendas desta unidade de negócios apurou-se em cerca de 13%.

Apesar de alguma instabilidade no mercado abastecedor de desperdícios de cortiça, sentida a partir do 2.º semestre do ano, foram atingidos os níveis quantitativos e qualitativos de matérias-primas capazes de garantir índices de produção e produtividade consentâneos com os objectivos anuais pré-estabelecidos.

A política de investimentos seguida durante 1997, orientou o esforço financeiro para o reforço de ganhos de produtividade, aumento de capacidades produtivas, renovação tecnológica, política ambiental e melhoria das condições de higiene e de segurança.

Foi dado especial relevo, durante 1997, ao desenvolvimento de parcerias estratégicas com vários parceiros de negócio, na prossecução de projectos de desenvolvimento de novas aplicações para os produtos existentes e inovação de novos produtos e serviços.

Unidade de negócios de cortiça com borracha

A estrutura accionista desta unidade de negócios sofreu alterações durante o ano de 1997. Ao longo do último trimestre, a Corticeira Amorim adquiriu uma participação de 35% no capital social da Corkbor — Investimentos e Participações, S. A., e passa assim a deter 100% desta empresa, a qual concentra as participações sociais na unidade de negócios de cortiça com borracha, nomeadamente, Global Technology Systems — Badger Cork Division, Sociedade Corticeira Concorco, S. A., e Rubecork — Indústria de Cortiça e Borracha, S. A.

A aquisição acima referida teve como objectivos fundamentais, o aproveitamento de sinergias com outras áreas de negócio da Corticeira Amorim, a redução de custos de estrutura, uma maior interligação a nível dos recursos humanos, uma plataforma de maior dinâmica de aplicações alternativas de cortiça e, finalmente, um reforço na estratégia de verticalização.

O volume de vendas desta unidade de negócios, registado em 1997, foi superior ao ano anterior em cerca de 10%. Para esta evolução, contribuiu, a evolução da taxa de câmbio do dólar, utilizado na consolidação das contas GTS-USA, de acordo com as normas contabilísticas internacionalmente aceites.

Não houve alterações significativas nas condições de funcionamento do mercado, onde as empresas desta unidade de negócios operam. Continuou a verificar-se, contudo, movimentações dos grandes *players*, no mercado das autopeças, no sentido das concentrações. Continua-se a implementar a nossa estratégia de diversificação geográfica e de ampliações.

O ano de 1997, foi um ano de intensa actividade no campo da pesquisa e desenvolvimento, conseguindo-se resultados animadores relativamente a materiais com destino ao sector automóvel e ao condicionamento acústico e vibrático.

Neste campo, há a destacar o papel estratégico desempenhado pela nossa participada CDM — Composite Damping Material.

Em termos de organização, salienta-se o excelente resultado na auditoria de seguimento realizada na Concorco, a *performance* demonstrada pelo Sistema de Qualidade da Rubecork, que teve o seu expoente máximo na auditoria realizada pela APCER e a continuação dos trabalhos na GTS-USA na melhoria do sistema de qualidade, fazendo-se prever a certificação da empresa pela Norma QS-9000, durante o ano de 1998.

Unidade de negócios de isolamentos

Apesar do crescimento nas vendas, pode concluir-se que o mesmo não se deve ao aumento do consumo, mas sim ao facto da quebra da produção em Espanha, cujas quantidades foram absorvidas pela indústria portuguesa.

Significa isto que o mercado utilizador de aglomerados de cortiça de isolamento se manteve estável em relação a 1996.

Em relação às vendas, pelas razões referidas, verificou-se uma melhoria significativa em termos de quantidades, bem como a introdução de algumas especialidades com maior valor acrescentado, resultando no aumento da facturação, a rondar os 20%.

A implementação do novo plano estratégico, elaborado em 1995 que consiste na procura de mercados nicho e necessária adaptação à especificidade de cada um deles, apresenta-se já com resultados positivos, deixando ainda antever perspectivas favoráveis em relação ao futuro.

O *know-how* acumulado, as melhorias tecnológicas introduzidas, a optimização da capacidade industrial instalada e o melhor controlo dos consumos energéticos e matérias-primas, permitiram a desejada contenção dos custos industriais.

3 — O mercado accionista

O ano de 1997 terá sido o ano de consolidação do mercado accionista português, o que se traduziu no exercício com a melhor *performance* dos últimos anos, resultado da maior confiança dos investidores, quer nacionais, quer internacionais. A este facto não foram alheios alguns factores relevantes:

O programa de privatizações, que permitiu que o mercado accionista aumentasse em dimensão e em liquidez;

A estabilidade cambial e a progressiva redução da taxa de inflação, bem como a queda das taxas de juro;

A transferência de parte importante da poupança nacional para o mercado de acções;

Uma maior visibilidade do mercado nacional;

Em 1 de Outubro de 1997, empresas portuguesas passaram a integrar a família dos índices Dow Jones Globais;

A inclusão de Portugal no índice de mercados desenvolvidos da Morgan Stanley Capital Internacional em Dezembro último. A carteira do índice MSCI Portugal é composta por 19 empresas seleccionadas de acordo com o seu peso no mercado de capitais que, em cada

momento, poderá ser revista em resposta a alterações dos pesos relativos dessas empresas no mercado. Entre estas 19 empresas está a Corticeira Amorim — SGPS, S. A. O MSCI Portugal apresentou a maior valorização anual do conjunto dos mercados desenvolvidos em que se encontra inserido.

Assim, e no contexto de descida de taxas de juro que vivemos, nomeadamente com a introdução do euro, estão criadas algumas condições para que o ano de 1998 se traduza em crescimento do mercado accionista português, e que se continue a justificar o investimento em activos portugueses.

As acções da Corticeira Amorim, representativas do capital social de 14 300 milhares contos, encontram-se cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação em contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991, de que se apresentam os principais indicadores relativos às transacções ocorridas:

No final de 1997 as acções da Corticeira Amorim, foram transaccionadas a 2200$, o que representou um aumento de 29,03% em relação à cotação do fim de 1996. A cotação máxima atingida durante o referido ano foi de 2500$ por acção.

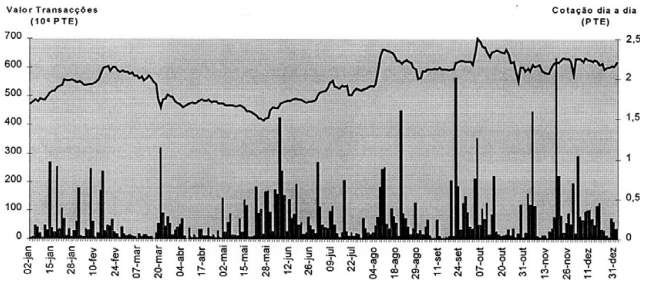
O índice BVL Geral fechou o ano de 1997 a 1922,72, o que se traduz numa variação homóloga de 65,25%. Em termos comparativos, o volume de transacções do mercado accionista mais do que triplicou em relação a 1996, passando a média diária de 4 para 14,6 milhões de contos em 1997. De relevar que no mês de Dezembro, o volume médio diário atingiu os 23 milhões de contos.

O gráfico abaixo mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da Corticeira Amorim, ao longo de 1997:

Descrição	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Número de acções transaccionadas	6 770 241	4 400 377	9 799 423	5 363 916	13 500 108	8 835 382
Cotações:						
Máxima	1 260	1 806	2 960	2 771	2 175	2 500
Média	1 063	1 355	2 455	2 050	1 768	1 971
Mínima	848	690	1 797	1 450	1 550	1 470
Frequência negocial (percentagem)	93	93	97	96	96	100

Fonte. — 1997: BVL.

Corticeira Amorim no mercado de valores mobiliários



4 — **Conta de resultados consolidados**

O volume de negócios ultrapassou ligeiramente os 60 milhões de contos, ou seja, um crescimento de cerca de 13% quando comparado com 1996 (53 177). Este aumento, na linha do divulgado nas contas do 1.º semestre, resultou da contribuição positiva de todas as unidades de negócio:

Naturais: + 25%;
Revestimentos: + 2%;
Granulados/Aglomerados/*Gifts*: + 13%;
Cortiça com Borracha: + 10%;
Isolamentos: + 20%.

De salientar o desempenho dos naturais, o qual foi possível graças ao dinamismo apresentado na maioria dos mercados, com particular ênfase para os novos países produtores de vinho. Este facto, aliado à crescente presença local da Corticeira Amorim, através das suas empresas de distribuição e venda e a uma envolvente cambial favorável, explicam uma taxa de crescimento excepcional. Também uma nota para o desempenho dos revestimentos já que, para além da inversão na taxa de crescimento registada, o mais importante resultou da consolidação da alteração do *mix* dos produtos vendidos; assim, uma maior concentração de vendas na linha de novos produtos introduzidos nos últimos anos, resultou num efeito mais que proporcional nos resultados obtidos fruto de margens mais favoráveis.

Em termos globais, poder-se-á repartir aquele crescimento por um efeito perímetro (cerca de 1,5%), fruto da aquisição de uma nova empresa de distribuição nos EUA, um efeito cambial positivo (5%), sendo o remanescente repartido entre efeito volume e efeito preço.

A margem bruta, ao atingir os 29,6 milhões de contos, apresentou um crescimento de 14,8% apresentando, assim, uma variação superior à das vendas. Este facto significou um crescimento da margem percentual sobre as vendas, a qual passou de 48,4% em 1996 para 49,3% em 1997. De notar que tal crescimento praticamente não se verifica se calcularmos a margem percentual sobre a produção, em virtude do elevado acréscimo do valor da variação de produção.

Esta não degradação da margem foi possível graças ao esforço efectuado ao nível dos preços de venda, adicionalmente beneficiados por uma conjuntura cambial positiva e por um *mix* de produtos vendidos mais favorável, os quais conseguiram neutralizar os aumentos sofridos nos preços da cortiça. O preço das restantes matérias-primas permaneceu estável, ou sofreu até pequenas reduções, como é o caso da borracha e do PVC.

Em termos de custos operacionais, líquidos de outros proveitos, observou-se um crescimento de cerca de 11%, tendo atingido os 24,8 milhões de contos. Face a este desenvolvimento, o peso destes custos caiu de 42,1% das vendas em 1996 para 41,5% em 1997.

A evolução deste agregado de custos ficou a dever-se ao comportamento da rubrica de fornecimentos e serviços externos (líquida de outros proveitos) que, por estar directamente relacionada com vendas, teve um crescimento de 13%.

As despesas com pessoal, tiveram um crescimento de 10,7% resultante da combinação de vários factores: recrutamento de quadros qualificados, do nível de trabalho temporário e da renegociação do contrato colectivo de trabalho acima da inflação.

Ainda em termos de custos operacionais, há a mencionar as amortizações do exercício, as quais ultrapassaram os 4 milhões de contos, um crescimento superior a 8,7%, fruto dos investimentos corpóreos e das aquisições efectuadas. As provisões montaram a 0,59 milhões de contos, uma evolução consonante com o aumento de actividade demonstrada.

Em face do exposto, os resultados operacionais apresentam um crescimento de 38%, atingindo um valor absoluto de 4,6 milhões de contos.

O *cash flow operacional* atinge os 9,2 milhões de contos, tendo o *ratio* respectivo sobre as vendas subido de 13,9% para 15,3%.

Os resultados financeiros beneficiaram de uma descida das taxas de juro, tanto nas principais divisas com que a Corticeira Amorim trabalha como, especialmente, no escudo. Em contrapartida, a cobertura de risco de câmbio feita aquando da recepção de encomendas denominadas, entre outras, em dólares e moedas associadas causou, principalmente durante o 1.º semestre, face à contínua valorização daquelas divisas, um registo contabilístico em diferenças de câmbio. As diferenças cambiais, embora compensadas no valor das vendas em virtude da política contabilística de converter as facturas emitidas à taxa de câmbio do respectivo dia da emissão, afectaram os resultados financeiros em cerca de 0,8 milhões de contos. De qualquer modo, a política de cobertura do risco cambial cumpriu o seu objectivo, que é o de assegurar as margens em escudos dos negócios contratados.

Os resultados financeiros atingiram, assim, cerca de — 1,9 milhões de contos, o que compararia favoravelmente com 1996 (— 1,5 milhões de contos) não fora aquelas diferenças de câmbio. Isto apesar do aumento do endividamento médio observado, devido aos elevados investimentos corpóreos e financeiros realizados durante o exercício

que totalizaram 6,4 milhões de contos e o aumento do fundo de maneio necessário ao forte crescimento da actividade. Face a uma queda na contribuição dos resultados extraordinários, fruto de abates de imobilizações, à natural diminuição dos interesses minoritários em resultado das aquisições efectuadas e uma manutenção da carga fiscal, os resultados líquidos atingiram os 2,13 milhões de contos.

(Em milhares de contos)

Descrição	1997	1996	Variação (valor)	Variação (percentagem)
Resultados operacionais	4 591	3 325	1 266	38
Resultados financeiros	— 1 993	— 1 471	— 522	36
Resultados extraordinários	162	425	— 263	— 62
Interesses minoritários	78	334	— 256	— 77
Imposto sobre lucros	553	482	71	15
Resultado líquido	2 130	1 463	667	46

5 — Estrutura financeira consolidada

Os factos mais influentes no balanço consolidado da Corticeira Amorim, prendem-se com o aumento significativo da actividade bem como com o nível dos investimentos realizados. De facto, dadas as características do negócio, em especial o dos naturais, um acréscimo excepcional do volume de negócios induz a necessidades proporcionalmente acrescidas de fundo de maneio.

O saldo de clientes aumentou cerca de 1,9 milhões de contos, tendo-se mantido as condições médias de cobrança.

Relativamente às existências, estas aumentaram num valor próximo de 4 milhões de contos, não só em virtude do efeito das novas empresas, como também da necessidade de fazer face ao acréscimo de actividade.

Como já foi referido na análise dos resultados, os investimentos realizados elevaram-se a mais de 6 milhões de contos, fruto de investimentos de modernização e ampliação da capacidade produtiva e das aquisições de empresas efectuadas durante o exercício.

Em resultado do valor excepcional das aplicações do exercício, acrescida da distribuição de dividendos realizados, o *cash-flow* gerado, apesar de ter crescido fortemente, não foi suficiente para garantir o equilíbrio da tesouraria. Assim, o endividamento bancário líquido, teve um crescimento de cerca de 5 milhões de contos, mantendo-se, contudo, o grau de autonomia a níveis satisfatórios (43,4%).

A aquisição dos restantes 35% da Corkbor explica a drástica redução dos interesses monetários, passando o valor residual de 142 milhares contos a ser representado na sua quase totalidade pela participação minoritária de 20% na Amorim Isolamentos.

O total do balanço teve um crescimento dos 61 milhões de contos para 67 milhões de contos.

6 — Recursos humanos

A Corticeira Amorim privilegiou, em 1997, a intervenção na área dos recursos humanos, nomeadamente no recrutamento, na formação profissional e na prevenção, higiene e segurança no trabalho, sendo de realçar o recrutamento de quadros técnicos superiores e de 23 jovens licenciados, com o objectivo de rejuvenescer a sua estrutura de competências.

Relativamente ao absentismo, verificou-se uma descida de 0,5% deste indicador, estabilizando nos 3% nos últimos meses do ano. É importante referir que a grande contribuição para esta descida foi a diminuição da percentagem de baixas em cerca de 20%, assim como importante foi ainda a descida do índice de gravidade de acidentes de trabalho para 0,2% na média do ano, 0,3% abaixo do objectivo proposto para 1997.

O ano de 1997 foi ainda de forte aposta na formação profissional, como meio privilegiado de valorização e motivação dos trabalhadores, e que teve como resultado um aumento de 1753 participantes nas acções de formação, totalizando 4155 em 1997. Estes valores representaram em horas de formação um aumento de 47,6%, ou seja, de 9775 horas/ano, que corresponde a um total de 30 286 horas, valor médio de 11,2 horas por colaborador (no universo das empresas internas).

O esforço de investimento realizado em formação profissional ilustra a atenção dispensada à valorização dos recursos humanos da Corticeira Amorim, tendo sido possível, ao longo do ano, disponibilizar diferentes tipos de acções de formação, que passaram por acções para novos colaboradores, gestão para executivos, formação ao nível informático, quer para utilizadores, quer para operadores de sistemas, organização de secretariado e gestão administrativa e financeira, qualidade e acções dirigidas às necessidades de produção e tecnológicas.

7 — Perspectivas para 1998 (envolvente)

Economia mundial

As previsões internacionais apontam para crescimento do produto e do comércio mundial acima das tendências de longo prazo em 1997 e 1998. Contudo, os efeitos da crise asiática ainda não são totalmente perceptíveis e é natural que retirem brilho aos valores indicados pelos organismos internacionais: 4% para o PIB e 7% para o comércio internacional. Nos países industrializados, fruto do abrandamento que se antecipa para os EUA e Reino Unido, perspectiva-se um menor crescimento depois da fase de expansão de 1997. O ritmo de crescimento destes países continua dessincronizado, esperando-se que no próximo ano tal venha a ser minimizado. A crise asiática manter-se-á pelo menos durante o primeiro semestre de 1998. O Japão é peça fundamental neste puzzle, no sentido em que, sendo a segunda maior economia mundial, se encontra no meio da crise e se encontra à beira de uma recessão.

A economia europeia encontra-se menos exposta, comercialmente, à crise asiática e, como tal, terá maior margem para passar a política monetária de expansionista a neutra. As mercadorias internacionais experimentarão um período de queda de preços pelo efeito deflacionista que a crise financeira e económica está a implicar na Ásia. O grande risco para o crescimento da economia mundial em 1998 reside no agravamento da crise asiática.

Estados Unidos

Antecipa-se um abrandamento da economia americana mas com um crescimento, ainda assim, acima da tendência de longo prazo (2,5%). A diminuição de exportações para a Ásia e a diminuição do consumo privado, serão duas realidades presentes em 1998 — tendo a taxa de poupança dos particulares registado um mínimo de 50 anos a apenas 3,8% em 1997, não é previsível que esta situação se mantenha este ano; a emergência de um mercado bolsista menos favorável acarretará uma viragem dos consumidores para a poupança e uma queda no consumo. A inflação deve registar cerca de 1,6% em 1998, o que compara com 1,7% para 1997. O FED deverá aguardar pela constatação dos efeitos da crise asiática antes de actuar a nível monetário. A BTC deverá registar evolução negativa, devido a menores exportações e menor investimento de não-residentes nos mercados americanos. A OCDE prevê que o saldo da BTC passe de — 2,1% para — 2,5% em 1998.

União Europeia

O enquadramento económico europeu para 1998 será, sem dúvida, dominado pela criação da moeda única. No entanto, convém ponderar a existência de riscos políticos à introdução do euro, como sejam as eleições na Alemanha em Setembro e riscos económicos e financeiros — após inclusão no euro. Os orçamentos para 1999 dos países *in* podem reflectir políticas fiscais menos restritivas. A nível cambial julga-se que as taxas de conversão serão definidas pelas taxas centrais do SME. Em termos de política monetária, é de antecipar uma subida das taxas do *core* até Maio, e a descida das taxas dos países periféricos após a indicação dos participantes no euro. A convergência deverá ocorrer no intervalo de 4% a 4,5%. A OCDE prevê crescimento do PIB a 2,8%. De notar, entretanto, que o crescimento repartir-se-á de forma desigual pelos diferentes países, registando o *core* uma evolução menos positiva do que os países da Europa do Sul. O desemprego continua a apresentar-se como a questão mais gravosa do panorama

europeu — a taxa média actual para a União Europeia é de 11% e não se constata a tomada de decisões integradas que contrariem a tendência de aumento observada. Perspectiva-se um crescimento forte do investimento, decorrente do aumento verificado na produção industrial, na capacidade utilizada e na confiança que parece percorrer o meio empresarial europeu. A inflação europeia deverá manter-se nos níveis actuais apesar das expectativas de aumento da actividade, de investimento e de consumo.

Da evolução económica europeia dependerá, em grande medida, o crescimento da procura interna do bloco, procura essa que deverá crescer à medida que a política fiscal se torne menos rígida, os mercados de trabalho reflictam um carácter mais positivo ao nível da confiança, e o crescimento dos salários reais se mantenha e ainda com a descida de taxas de juro nos países periféricos.

Dos países que não integrarão o euro, o Reino Unido e a Suécia apresentam taxas de crescimento forte e políticas monetárias agressivas e deverão manter este perfil. A força da procura doméstica deve diminuir no Reino Unido, enquanto o investimento deve registar evolução inversa.

Alemanha

Sabendo-se que o crescimento do PIB alemão em 1997 se deveu, em quase 22%, ao incremento das exportações, a crise asiática vem colocar algumas reticências na continuação deste movimento. A OCDE antecipa um crescimento de 3,0%, mas revisões em baixa deverão ser observadas. A inflação poderá registar valores ligeiramente acima de 2,0%, uma vez que o IVA será aumentado em 1,0% em Abril e adicionalmente se prevê que a economia cresça mais do que em 1997. Estima-se ainda um aumento do desemprego na Alemanha: o sector da construção e a Alemanha de Leste sentirão mais de perto esta realidade e não se antecipa qualquer alteração até à segunda metade de 1998. Esta situação acarretará penalização ao nível da confiança dos consumidores e, logicamente, no consumo. Espera-se que a contenção da inflação e a menor subida de taxas de juro contrabalancem este efeito.

A Confederação Alemã da Indústria de Construção estima que o investimento global para o próximo ano deverá cair 2,4%, e que a deterioração do contexto económico deverá estabilizar na parte ocidental (— 1,5%) mas que piorará na parte oriental (— 4,5%). As perspectivas para os próximos anos, para a parte oriental alemã, são muito negativas.

Portugal

A economia portuguesa deverá manter um ritmo vivo em 1998 assegurando um crescimento acima da média europeia. Segundo a OCDE Portugal deverá crescer 3,5% em 1998, em consequência de um crescimento económico em 1997 superior ao verificado na média dos países daquela organização, e da elevada confiança dos empresários relativamente ao andamento da economia — a confiança dos agentes económicos vem aumentada pele processo de estabilidade macroeconómica e convergência.

A envolvente externa deve ser favorável ao crescimento, permitindo a manutenção dos equilíbrios macroeconómicos no interno. A inflação nacional deverá estabilizar nos valores actuais. De resto, espera-se uma desaceleração dos salários em 1998. Também a queda das *commodities* a nível internacional poderá auxiliar a manutenção dos preços em níveis e que Portugal não se encontrava habituado. O sector da construção civil vai crescer menos em 1998, o que decorre da finalização das grandes obras públicas actualmente em execução. Segundo a AECOPS deverá crescer 4,0%, o que compara com 12,6% em 1997. O investimento deverá crescer 7,5% em 1998, após ter crescido 9% no ano de 1997.

A política macroeconómica será determinada pela estabilização/melhoria dos níveis apresentados pelas variáveis «maastrichtianas», consolidação fiscal e estabilidade cambial — o défice orçamental deverá manter-se nos 2,9%, ao mesmo tempo que a dívida pública em percentagem do PIB deverá atingir os 64,9%, ainda acima do limite fixado por *Maastricht* denotando, contudo, uma clara tendência de queda quando comparado com os 66,5% em 1997.

O desemprego deve registar 6,3%.

Actividades operacionais

Unidade de negócios de naturais

Na perspectiva de reforçar a nova posição junto dos clientes finais no que concerne à qualidade e aproximação física, a Corticeira Amorim vem continuando com os processos de certificação das suas empresas produtoras. O reforço da posição nos mercados externos deverá ser acentuado com o impacto das aquisições efectuadas no final de 1997, Hungarocork e Portocork South África.

Perspectiva-se, assim, uma evolução positiva na actividade desta unidade de negócios.

Unidade de negócios de revestimentos

Para o ano de 1998, espera-se que as condições favoráveis observadas neste exercício se mantenham. Na área de revestimentos de solos, a Corticeira Amorim irá continuar a privilegiar a prestação de um serviço completo aos seus clientes, não só ao nível do produto, mas também na formação e acompanhamento de instaladores. O fornecimento de produtos complementares que garantam a total integridade do serviço fornecido, o suporte de *marketing* e logístico que facilitem a interligação com os clientes finais e a apresentação de novas formas de combinar a cortiça com outros materiais ou designs, serão áreas a ter em especial atenção.

Unidade de negócios de granulados e aglomerados brancos

Estima-se a continuação de boa *performance* de vendas verificada durante 1997, nas áreas de negócio de granulados e aglomerados brancos. Na área *gifts*, pensamos ser 1998 o ano de efectivação do lançamento da nova linha de produtos, o que proporcionará um forte crescimento no volume de vendas.

Continuar-se-á com a política de investimentos constantes do plano estratégico a cinco anos, cujos principais objectivos são o reforço de ganhos de produtividade e consequente redução de custos de produção, aumento de capacidades produtivas, renovação tecnológica e ambiental.

Irá manter-se, simultaneamente, a política de formação iniciada no ano de 1996, como parte integrante de um plano trianual que pretende atingir todos os níveis da empresa. Será dada especial relevância a acções de formação que garantam a continuação da mudança organizacional e cultural que é necessária à efectivação da missão e dos valores da empresa.

Unidade de negócios de cortiça com borracha

No ano de 1998, continuar-se-á com a implementação da estratégia descrita na análise do exercício findo. É previsível a obtenção de alguns êxitos técnicos e comerciais, que poderão ter reflexo no volume de vendas. Poder-se-á, contudo, observar alguma diminuição de vendas para os países do Extremo Oriente.

Unidade de negócios de isolamentos

O ano de 1998 pressupõe continuar a implementação do plano estratégico, adaptado às novas realidades que vão surgindo, o que irá, com certeza, permitir a consolidação reforçada da Amorim Isolamentos nos mercados utilizadores dos aglomerados de isolamento em cortiça.

Continuar-se-á a apostar na divulgação dos produtos, realçando as vantagens técnicas e ecológicas sempre direccionadas às áreas geográficas e culturais sensíveis às questões relacionadas com o ambiente.

Manter-se-á a flexibilidade industrial a pensar nas especialidades de maior valor acrescentado, bem como em novos produtos complementares, sempre no enquadramento da filosofia da Amorim Isolamentos, na área dos naturais e ecológicos, não descurando os mercados tradicionais na aplicação dos aglomerados de isolamento.

O facto desta actividade estar vocacionada para produtos naturais e a mensagem dirigida às áreas sensíveis ao ambiente, implica preocupações de retaguarda, pressupondo uma indústria limpa, factos que não são esquecidos, levando a investimentos/custos na área industrial, a implementar nos próximos anos, mas com início já em 1998.

Finalmente, analisados todos os aspectos, pode-se concluir que a actividade da empresa reúne condições para ligeiras melhorias em 1998.

Resultados financeiros

Conforme se depreende das perspectivas apresentadas pelas unidades de negócio, prevê-se um crescimento da actividade para 1998. Este crescimento é baseado na perspectiva de uma envolvente económica positiva que se prevê possa não vir a ser afectada pela crise asiática.

Outro pressuposto para esta envolvente, é uma caminhada sem sobressaltos para o início da União Monetária em 1 de Janeiro de 1999. Este cenário positivo deverá materializar a recuperação definitiva do mercado

alemão, podendo este facto vir a dar um contributo decisivo para nos podermos aproximar das taxas de crescimento verificadas em 1997.

O exercício de 1998 verá, também, os frutos da política de investimentos seguida, através do efeito que as aquisições efectuadas em 1997 deverão apresentar nas contas do exercício.

O impacto do aumento de preços da matéria-prima principal, será o grande desafio para o exercício em causa. Espera-se vir a ultrapassar este desafio através das melhorias de produtividade fabril e maior eficiência do uso daquela matéria-prima.

8 — **Dividendos**

O conselho de administração irá propor na assembleia geral de aprovação de contas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., referente ao ano de 1997, a atribuição de dividendos no valor de 858 000 milhares de escudos, a que vai corresponder um dividendo ilíquido por acção de 60 escudos.

9 — **Eventos posteriores**

Posteriormente a 31 de Dezembro de 1997 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

10 — **Fecho do relatório**

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Às entidades e instituições de crédito, pela importante colaboração prestada;

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 27 de Fevereiro de 1998. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1997

ACTIVO

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	287 929	250 731	37 198	25 293
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 295 806	1 173 451	122 355	206 189
Propriedade industrial e outros direitos	173 850	88 473	85 377	75 452
Trespasses	154 462	22 506	131 956	139 912
Imobilizações em curso	84 055	–	84 055	87 227
Diferenças de consolidação	6 641 670	1 943 332	4 698 338	4 158 676
	8 637 772	3 478 493	5 159 279	4 692 749
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	3 482 091	–	3 482 091	3 494 330
Edifícios e outras construções	19 888 237	12 622 200	7 266 037	7 238 939
Equipamento básico	23 835 294	16 785 820	7 049 474	7 292 466
Equipamento de transporte	2 068 028	1 406 951	661 077	594 705
Ferramentas e utensílios	307 633	242 498	65 135	128 258
Equipamento administrativo	2 408 829	1 917 126	491 703	505 199
Taras e vasilhame	41 712	30 211	11 501	872
Outras imobilizações corpóreas	404 273	265 628	138 645	101 784
Imobilizações em curso	1 340 825	–	1 340 825	573 632
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	382 260	–	382 260	9 335
	64 169 182	33 270 434	20 888 748	19 939 620
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	330 354	38 726	291 628	323 324
Empréstimos a empresas associadas	10 840	–	10 840	10 840
Títulos e outras aplicações financeiras	656 205	188 814	467 391	571 079
Outros empréstimos concedidos	63 839	–	63 839	2 297
Imobilizações em curso	24 520	–	24 520	6 852
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	87 330	–	87 330	112 846
	1 173 088	227 540	945 548	1 027 238
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	8 422 949	13 639	8 409 310	6 367 636
Produtos e trabalhos em curso	1 723 623	4 967	1 718 656	1 165 459
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	6 487	–	5 487	25 216
Produtos acabados e intermédios	7 598 975	119 140	7 479 835	6 360 969
Mercadorias	2 314 898	173 979	2 140 919	1 954 410
Adiantamentos por conta de compras	60 796	–	60 796	28 084
	20 126 728	311 725	19 815 003	16 901 774

	1997			1996
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos:				
Outros devedores	–	–	–	244 339
Dívidas de terceiros — a curto prazo:				
Clientes — c/c	15 509 775	428 686	15 081 089	13 672 940
Clientes — títulos a receber	116 122	–	116 122	46 090
Clientes de cobrança duvidosa	1 367 501	982 177	385 324	214 844
Empresas do grupo	49 593	49 593	–	6 000
Empresas associadas	104 239	16 284	87 955	–
Adiantamentos a fornecedores	103 594	–	103 594	110 092
Estado e outros entes públicos	1 539 821	–	1 539 821	1 723 620
Outros devedores	1 525 719	129 271	1 396 448	759 231
	20 316 364	1 606 011	18 710 353	16 532 717
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	260 169	–	260 169	211 271
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	700 705		700 705	1 641 742
Caixa	66 741		66741	110 248
	767 446		767 446	1 751 990
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	36 123		36 123	163 900
Custos diferidos	419 978		419 978	461 034
Impostos diferidos	–		–	29 787
	456 101		456 101	654 721
Total de amortizações		36 748 927		32 996 667
Total de provisões		2 145 276		2 061 192
Total do activo	105 896 850		67 002 647	60 956 319

PASSIVO

	1997	1996
Capital próprio:		
Capital	14 300 000	14 300 000
Prémios de omissão de acções (quotas)	12 610 000	12 610 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	— 85 128	— 85 126
Reservas de reavaliação	811 632	811 632
Diferenças de consolidação	— 5 259 057	— 5 259 057
Reservas:		
Reservas legais	596 369	564 591
Outras reservas	3 754 001	3 864 655
Resultados transitados	221 347	— 437 962
Subtotal	26 949 164	26 368 731
Resultado líquido do exercício	2 129 845	1 462 626
Total do capital próprio	29 079 009	27 831 357
Diferenças de conversão cambial	— 59 224	— 97 351
Total do capital próprio com conversão cambial	29 019 785	27 734 006
Interesses minoritários	142 010	1 092 337
Passivo:		
Provisões para impostos	887	1 007
Outras provisões para riscos e encargos	1 031 418	935 171
	1 032 305	936 178

	1997	1996
Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	5 500 000	5 500 000
Dívidas a instituições de crédito	1 958 248	1 877 542
Outros accionistas (sócios)	66 419	6 092
Outros empréstimos obtidos	180 775	237 681
Outros credores	38 926	195 996
	7 744 368	7 817 313
Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	16 716 224	12 708 478
Fornecedores — c/c	6 672 035	5 725 789
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	175 547	145 842
Fornecedores — títulos a pagar	53 777	405 305
Empresas do grupo	436 990	1
Outros accionistas (sócios)	1 118	1 239
Adiantamentos de clientes	44 777	–
Outros empréstimos obtidos	79 587	84 256
Fornecedores de imobilizado — c/c	103 345	69 922
Estado e outros entes públicos	1 010 114	1 022 534
Outros credores	1 015 663	683 812
	26 309 177	20 847 178
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	1 883 140	1 579 376
Proveitos diferidos	558 869	792 769
Ajustes diferidos — contratos futuros	172 421	–
Impostos diferidos	116 369	134 984
Diferenças de consolidação negativas	24 203	22 178
	2 755 002	2 529 307
Total do passivo	37 840 882	32 129 976
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo	67 002 647	60 956 319

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1997

CUSTOS E PERDAS

	1997		1996	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		31 818 870		27 732 699
Fornecimentos e serviços externos		9 984 733		9 248 831
Custos com o pessoal:				
Remunerações	8 850 418		8 145 667	
Encargos sociais:				
Pensões	32 815		41 784	
Outros	2 072 906	10 956 139	1 109 477	9 896 928
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	4 023 649		3 702 644	
Provisões	588 268	4 611 917	377 433	4 080 077
Impostos	84 848		72 526	
Outros custos e perdas operacionais	199 343	284 191	310 176	382 702
(*A*)		57 655 850		51 341 237
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	8 706		11 084	
Juros e custos similares:				
Outros	3 774 837	3 783 543	3 083 414	3 094 498
(*C*)		61 439 393		64 435 736

	1997	1996
Perdas relativas a empresas associadas	–	11 000
Custos e perdas extraordinários	595 061	294 428
(*E*)	62 034 454	54 741 163
Impostos sobre o rendimento do exercício	492 087	390 518
Impostos diferidos	60 865	91 007
(*G*)	62 587 406	65 222 688
Resultados dos interesses minoritários	77 579	334 551
Resultado líquido do período	2 129 845	1 462 626
	64 794 830	57 019 865

PROVEITOS E GANHOS

	1997		1996	
Vendas de mercadorias e produtos	59 878 240		53 156 746	
Prestações de serviços	124 939	60 003 179	20 707	53 177 453
Variação da produção		1 364 690		292 867
Trabalhos para a própria empresa		54 534		90 102
Proveitos suplementares	705 740		904 697	
Subsídios à exploração	39 821		149 978	
Outros proveitos e ganhos operacionais	79 346	824 907	50 869	1 105 544
(*B*)		62 247 310		64 666 966
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas	674		1 639	
Relativos a outras empresas	6		211	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
Outros	11 700		14 065	
Outros juros e proveitos similares:				
Outros	1 777 771	1 790 151	1 607 371	1 623 286
(*D*)		64 037 461		56 289 252
Proveitos e ganhos extraordinários		757 369		730 613
(*F*)		64 794 830		57 019 865
Resumo:				
Resultados operacionais: (*B*) – (*A*) =		4 591 460		3 324 729
Resultados financeiros: (*D* – *B*) – (*C* – *A*) =		– 1 993 392		– 1 471 212
Resultados correntes: (D) – (*C*) =		2 598 068		1 853 517
Resultados antes de impostos: (*F*) – (*E*) =		2 760 376		2 278 702
Resultado consol. com inter. minorit. do exercício: (*F*) – (*G*) =		2 207 424		1 797 177

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 1997

Nota introdutória:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., resultou da transformação da Corticeira Amorim, S. A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

As empresas participadas directa e indirectamente pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., têm como actividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A. é consolidada na Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S. A. com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira) a qual detinha 52,42% do seu capital social em 31 de Dezembro de 1997 (idêntica percentagem a 31 de Dezembro de 1996).

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., tem as acções representativas do capital social de 14 300 milhares contos cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação em contínuo de âmbito nacional desde 11 de Dezembro de 1991. A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., tem também, um empréstimo obrigacionista no montante de 5 500 000 contos, cujas condições estão descritas na nota n.º 50 deste anexo, cotado na Bolsa de Valores de Lisboa desde Agosto de 1996.

As demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. foram elaboradas de acordo com:

i) Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho que define os princípios contabilísticos e as normas de consolidação de contas em Portugal;

ii) Directrizes contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística;

iii) Regulamentos publicados pela CMVM no exercício dos poderes de regulamentação definidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários;

iv) Procedimentos de consolidação explicitados nas notas n.os 10 a 20 deste anexo;

v) Políticas contabilísticas descritas nas notas n.os 23 e 24 deste anexo.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., elaborou as primeiras demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 1991 pela aplicação das normas referidas na alínea *i*). Por se tratar de um conjunto de empresas entre as quais já existia uma relação de Grupo antes da sua entrada em vigor, o cálculo da diferença de consolidação referente a

essas empresas foi reportado a 1 de Janeiro de 1991 e relevado, conforme mencionado na nota n.º 10 deste anexo, no capital próprio de acordo com as disposições transitórias indicadas no n.º 13.7 do referido diploma.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, considerando a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), como empresa-mãe, incluem as seguintes empresas, contabilizadas pelo método de consolidação integral e agrupadas, para apresentação, segundo o sector de actividade principal a que pertencem:

Sector de naturais

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1997 (*b*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1996 (*b*)
Produção e comercialização:				
Amorim & Irmãos, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	16 508	13 363
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	2 151	2 396
Portocork Internacional, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	1 405	1 046
Vasconcelos & Lyncke, L.da	Santa Maria de Lamas	100,00	1 330	817
Raro — Indústria e Comercialização de Cortiça, S. A.	Vergada	100,00	1 581	1 676
Portocork Indústria, S. A.	Vergada	100,00	93	222
Amorim Plus — Aglomerados de Cortiça, S. A.	Mozelos	100,00	1 345	1 354
Amorim & Irmãos II — Ind. e Comércio de Cortiça, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	1 551	1 426
Distribuição:				
Corks Associates	Napa Valley (EUA)	100,00	1 148	837
Amorim France, S. A.	Bordéus (França)	100,00	821	582
Lusoliège, S. A. R. L.	Tours (França)	85,70	71	71
Korken Schiesser, GmbH	Viena (Áustria)	68,87	584	585
Intersugheri, Spa	S. P. di Seletto (Itália)	70,00	411	635
Vasconcelos & Lyncke Austrália Pty, Ltd.	Hindmarsh (Austrália)	100,00	366	159
Cork Producers, Suppliers & Co., Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,00	107	257
Karl Gultig, GmbH & Co.	Delmenhorst (Alemanha)	100,00	213	267
Korken Graf, GmbH & CO. KG	Mainzer (Alemanha)	100,00	362	339
Portocork South África (*d*)	Stelenbosch (África Sul)	100,00	207	–
F. P. Portocorck (*c*)	Napa Valley (EUA)	100,00	1 183	–
Hungarocork Amorim, RT (*e*)	Budapeste (Hungria)	90,50	220	–
Fabrique Liège de Tabarka (*d*) (*f*)	Tunis (Tunísia)	49,00	304	–
Cork International (*d*)	Tunis (Tunísia)	66,00	91	–

(*a*) Directa e indirectamente.
(*b*) Exclui investimentos financeiros, expresso em milhares de contos, convertido da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.
(*c*) Empresa adquirida em 1997. Entrada para o perímetro de consolidação em 1 de Janeiro de 1997.
(*d*) Empresa adquirida em 1997. Entrada para o perímetro de consolidação em 31 de Dezembro de 1997.
(*e*) Empresa associada em 1996, adquiridos 60% adicionais em 1997. Mudança para o método integral em 31 de Dezembro de 1997.
(*f*) Consolidada pelo método integral ao abrigo da alínea *e*) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91.

Sector de revestimentos

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1997 (*b*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1996 (*b*)
Produção e comercialização:				
Amorim Revestimentos, S. A.	São Paio de Oleiros	100,00	13 187	13 904
Distribuição:				
Wicanders, GmbH (*c*)	Delmenhorst(Alemanha)	100,00	24	26
Amorim (UK), Ltd	Crawley (Inglaterra)	100,00	741	643
Wicanders Expanko	Malov (Dinamarca)	100,00	306	248
Wicanders, AG	Zug (Suíça)	100,00	288	357
Wicanders Svenska AB	Helsingborg (Suécia)	100,00	168	152
Korkpartner Schiesser, GmbH	Viena (Áustria)	90,00	209	224
Kies Kurk, BV	Bergen op Zoom (Holanda)	52,00	1 012	1 303
Cari Ed. Meyer, GmbH & Co.	Delmenhorst (Alemanha)	100,00	1 474	1 672
Worz, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,00	287	298
Proli, S. A. R. L.	Lyon (França)	100,00	246	221
Intercork, S. A.	Palafrugell (Espanha)	100,00	100	291
Amorim Ibérica Decoração, S. A. (*d*)	Mozelos (Portugal)	100,00	1 362	1 124
Oy Wicanders AB (*c*)	Helsínquia (Finlândia)	100,00	2	2

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1997 (*b*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1996 (*b*)
Wicanders AS (*c*)	Oslo (Noruega)	100,00	1	1
Dello AB (*c*)	Helsingborg (Suécia)	100,00	2	2
Pelau Wien, GmbH (*c*)	Viena (Áustria)	90,00	1	1

(*a*) Directa e indirectamente.
(*b*) Exclui investimentos financeiros, expresso em milhares de contos, convertido da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 Dezembro.
(*c*) Empresas inactivas.
(*d*) Nova designação da Amorim Portugal Espanha Decoração, S. A.

As empresas no exterior também distribuem, subsidiariamente, outros produtos de cortiça.

Sector de aglomerados

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1997 (*b*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1996 (*b*)
Produção e comercialização:				
Corticeira Amorim Indústria, S. A. (*c*)	Mozelos	100,00	5 494	5 281
Itexcork — Ind. de Transf. e Exportação de Cortiça, L.da	Vendas Novas	80,00	519	729
Corticeira Amorim Algarve, L.da	Silves	80,00	446	801
Rubecork — Ind. de Cortiça & Borracha, S. A.	Mozelos	100,00	2 357	2 097
Sociedade Corticeira Concorco, S. A.	Seixal	100,00	1 556	1 430
CDM — Composite Damping Material, S. A.	Overije (Bélgica)	50,00	164	165
Badger Cork & Mfg Co. (GTS)	Trevor, Wisconsin (EUA)	100,00	3 047	2 825
Distribuição:				
Amorim Isolamentos, S. A.	Mozelos	80,00	976	1 469

(*a*) Directa e indirectamente.
(*b*) Exclui investimentos financeiros, expresso em milhares de contos, convertido da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.
(*c*) Fabrica e comercializa também produtos do sector de revestimentos.

Trading, prestação de serviços e detentoras de participações sociais

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1997 (*b*)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1996 (*b*)
Amorim Cork Internacional, S. A.	Funchal	100,00	5 336	3 033
Amorim Trading — Com. de Imp. e Exportação, L.da	Mozelos	100,00	595	274
Comatral — O. Marocaine de Transf. du Liège, S. A.	Skhirat (Marrocos)	99,20	1 060	396
Ginpar, S. A.	Skhirat (Marrocos)	99,80	10	10
Alcorex — Soc. Técnica de Cortiças, L.da	Santa Ma de Lamas	100,00	86	13
Espe — Emp. de Serviços de Eng. Electrónica, L.da	Mozelos	100,00	32	29
Infocork — Comércio e Serviços, L.da	Mozelos	100,00	99	52
OSI — Organização e Sistemas Informáticos, L.da	Mozelos	100,00	70	67
Ofequipa — Manutenção e Equip. Industriais, L.da	Santa Maria de Lamas	100,00	24	106
Irmorim Imobiliária, L.da	Santa Maria de Lamas	100,00	33	72
Amorona — Sociedade de Investimentos, S. A.	Funchal	100,00	9	78
Aplifin — Aplicações financeiras, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	6 780	115
Amorim Cork, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,00	272	11
KHB Kork Handels Beteiligung GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,00	2	2
Amorim Benelux, S. A.	Boulevard (Bélgica)	100,00	11	10
Amorim Cork Distribution Netherlands, BV	Holanda	100,00	7	10
Corkbor — Investimentos e Participações, S. A.	Santa Marta de Corroios	100,00	2	2
Amorim Desenvolvimento, S. A. (*d*)	Mozelos	100,00	266	2
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.	Mozelos	100,00	86	91
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	5 388	185
Amorim & Irmãos Serviços, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,00	18	18
Moraga Comércio e Serviços, S. A. (*c*)	Funchal	100,00	6	–
F. P. Cork (*e*)	Nappa Valley (EUA)	100,00	–	–

(*a*) Directa e indirectamente.
(*b*) Exclui investimentos financeiros, expresso em milhares de contos, convertido da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 Dezembro de 1996.
(*c*) Empresa constituída em 1997.
(*d*) Nova designação da Arco Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.
(*e*) Empresa adquirida em 1997. Entrada para o perímetro de consolidação em 1 de Janeiro de 1997.

Em relação a todas as empresas acima referidas a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detém direitos de voto pelo menos proporcionais à participação social indicada pelo que, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2 — Empresas excluídas da consolidação:

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, foram excluídas da consolidação as seguintes empresas nas quais a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detém indirectamente a maioria dos direitos de voto ou preenche qualquer das outras condições mencionadas no n.º 1 do artigo 1.º do referido diploma, mas de cuja omissão não resultam efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas:

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Custo de aquisição (milhares de escudos)
Sinoral, L.da (*b*)	Maia	50,00	3 000
Pelau, GMBH (*b*) (*c*)	Dusseldorf (Alemanha)	100,00	7 283
Rarkork, S. A. (*b*) (*c*)	S. F. de Guixoles (Espanha)	98,00	6 207
Amorim International Trading and Inv. (*b*)	Moscovo (Rússia)	100,00	14 855
VinAmor, Ltd. (*b*)	Sofia (Bulgária)	51,00	21 986
Moldamorim, S. A. (*b*)	Chisinau (Rep. Moldova)	55,00	924
IMM — Ind. de Máquinas e Moldes, L.da (*b*) (*c*)	Vergada — Mozelos	74,80	1 603
Wicanders Espanha (*b*)	Barcelona (Espanha)	100,00	11 924
Amorim Belgium Natural Coverings, S. A. (*b*)	Asse — Mollem (Bélgica)	60,00	17 249

(*a*) Indirectamente
(*b*) Não se encontram ainda disponíveis as demonstrações financeiras de 1997.
(*c*) Empresa inactiva.

As empresas acima referidas tinham sido excluídas da consolidação de 1996 por idênticos motivos (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91). Os investimentos financeiros nas filiais excluídas da consolidação e acima referidas encontram-se relevados pelo custo de aquisição e são mostrados no activo consolidado na rubrica de partes de capital em empresas associadas.

3 — Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Foram incluídas as seguintes empresas associadas, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os princípios mencionados na nota n.º 18:

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Custo de aquisição (milhares de escudos)
Sopac — Sociedade Portuguesa de Cortiça, L.da	Montijo	50,00	125 212
Corcheras Catalanas, S. A.	Barcelona (Espanha)	50,00	43 000

(*a*) Indirectamente.

4 — Empresas associadas não contabilizadas peio método da equivalência patrimonial:

Relativamente às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e por isso excluídas da consolidação, foram as seguintes:

Firma	Sede	Percentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (*a*)	Custo de aquisição (milhares de euros)
Victor Y Amorim, SRL (*b*)	Logroño (Espanha)	20,00	947
Samorim, FI (*b*)	Kinel (Rússia)	50,00	160 873

(*a*) Indirectamente.
(*b*) Não se encontram disponíveis as contas relativas a 1997.

As duas empresas acima referidas tinham sido excluídas da consolidação de 1996 por idêntico motivo. A Samorim, FI, foi também excluída da consolidação por existirem ainda restrições ao pleno exercício dos direitos do accionista, para além do facto de o respectivo sistema de informação não estar suficientemente desenvolvido e adaptado às necessidades da consolidação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

5 — Empresas contabilizadas pelo método de consolidação proporcional:

Não foram contabilizadas empresas pelo método de consolidação proporcional em 1997 e 1996.

6 — Empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 1997 e 31 de Dezembro de 1996 não existiam empresas materialmente relevantes nas quais a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detivesse uma participação igual ou superior a 10%, directa ou indirectamente.

7 — Número de trabalhadores:

O número médio de trabalhadores durante o ano de 1997 foi de 3289 (em 1996 foi de 3295).

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

8 — Aplicação das normas de consolidação:

As normas de consolidação definidas no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, foram aplicadas na íntegra na consolidação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., com excepção do disposto na alínea *g*1) do n.º 13.4.1 (período de amortização das diferenças de consolidação positivas originadas por aquisições de empresas posteriores a

1 de Janeiro de 1991) e no n.º 13.4.3 (impostos diferidos) do referido diploma.

É nossa convicção que as normas e procedimentos utilizados são suficientes e adequados para dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

Nas demonstrações financeiras, não é apresentada a demonstração de resultados por funções, pelo facto de a directriz contabilística n.º 20 ter sido publicada a 5 de Agosto de 1997, e não ter sido possível adaptar o sistema informativo contabilístico a tempo de permitir a relevação das transacções do período, de acordo com os critérios de classificação exigidos.

9 — Razões e efeitos da não aplicação das normas de consolidação:

Conforme mencionado na nota anterior foi derrogado, de forma consistente com os anos anteriores, o critério que define o período de amortização das diferenças de consolidação positivas originadas por aquisições de empresas posteriores a 1 de Janeiro de 1991.

É entendimento da administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., que a recuperação total do investimento efectuado na aquisição de empresas só será atingida ao fim de 10 anos, pelo que a amortização das diferenças de consolidação que provenham de aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1991 é calculada para esse período segundo o método das quotas constantes, iniciando-se a amortização no semestre seguinte ao da aquisição da empresa.

Se tivesse sido utilizado o período definido na alínea *g*1) do n.º 13.4.1 das normas de consolidação (cinco anos), o resultado consolidado líquido e o activo líquido consolidado viriam diminuídos em 527 678 milhares de escudos e 1 760 979 milhares de escudos, respectivamente (1996: 472 379 milhares de escudos e 1 233 301 milhares de escudos, respectivamente).

Em relação ao cálculo dos impostos diferidos considerou-se, de forma consistente com os anos anteriores, que o balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados deveriam incluir a diferença que aparecer, aquando da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro possível, neste caso apenas quando a administração entende haver um elevado grau de possibilidade de realização desse proveito.

Se tivesse sido utilizado o princípio definido no n.º 13.4.3 das normas de consolidação (não consideração do proveito recuperável), o activo líquido consolidado não veria diminuído o seu valor (em 1996 o activo líquido consolidado seria diminuído, por este motivo, em 29 787 milhares de escudos).

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação e interesses minoritários:

Diferenças de consolidação:

A diferença de consolidação, resultante da aquisição de participações em empresas filiais e associadas, é definida como a diferença entre o custo de aquisição da participação e a proporção detida nos capitais próprios contabilísticos da empresa adquirida.

Em relação às empresas filiais e na data de aquisição da participação (1 de Janeiro de 1991 para as empresas já anteriormente integradas na Corticeira Amorim — SGPS, S. A.), o desvio de aquisição referido no parágrafo anterior é compensado pela diferença entre os valores contabilísticos dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de mercado, obtidos por avaliação independente.

A diferença para os valores contabilísticos originais e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas motivados por esta avaliação independente, são os seguintes:

(Em milhares de escudos)

Descrição	1997	1996
Terrenos	2 246 566	2 246 566
Edifícios (*a*)	1 422 935	1 732 504
Investimentos em imóveis (*a*)	113 382	116 765
Capital próprio	3 782 883	4 102 511
Amortizações do exercício (*b*)	318 470	318 470

(*a*) Líquido de amortizações acumuladas.
(*b*) Provenientes da amortização, a uma taxa de 4%, da diferença entre o valor bruto avaliado e o valor bruto contabilístico dos edifícios.

Qualquer remanescente que ainda subsista após aquela compensação é inscrito no balanço consolidado na rubrica de diferenças de consolidação no activo se for positivo e na rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio se for negativo, excepto para as diferenças de consolidação positivas referentes a empresas existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio e para as diferenças de consolidação negativas referentes a empresas adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica de acréscimos e diferimentos — diferenças de consolidação negativas no passivo, apenas nos casos em que, à data de aquisição, se entende que os valores considerados correspondem a expectativas de prejuízos futuros.

Em relação às empresas associadas existentes antes de 1 de Janeiro de 1991, a diferença de consolidação resultante foi registada no balanço consolidado na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, sendo que para as adquiridas depois daquela data o tratamento dado à diferença de consolidação foi idêntico ao das empresas filiais.

A rubrica de diferenças de consolidação é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

Diferenças de consolidação referentes a empresas filiais	Activo	Capital próprio
Existentes antes de 1 de Jan. de 1991	–	5 252 726
Adquiridas durante o ano de 1991	217 136	10 656
Adquiridas durante o ano de 1992	582 134	–
Adquiridas durante o ano de 1993	168 902	–
Alienadas durante o ano de 1993	(33 098)	(5 513)
Adquiridas durante o ano de 1994	3 019 711	1 188
Adquiridas durante o ano de 1995	147 830	–
Adquiridas durante o ano de 1996	1 289 362	–
Adquiridas durante o ano de 1997	1 249 693	–
Totais	6 641 670	5 259 057

Conforme referido na nota n.º 9, as diferenças de consolidação inscritas no activo consolidado são amortizadas em 10 anos segundo o método das quotas constantes, com início no semestre seguinte ao da aquisição da empresa, pelo que por esse motivo no exercício de 1997 foi contabilizado na rubrica de amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo da demonstração consolidada dos resultados o montante de 685 709 milhares de escudos (1996: 472 379 milhares de escudos), e na rubrica de amortizações/provisões extraordinárias, o montante de 24 322 milhares de escudos (1996: 0 milhares de escudos).

As diferenças de consolidação a amortizar nos exercícios seguintes apresentam-se no balanço consolidado (líquidas de amortizações acumuladas de 1 943 332 milhares de escudos, 1996: 1 233 301 milhares de escudos) pelo valor de 4 698 338 milhares de escudos (1996: 4 158 676 milhares de escudos).

Interesses minoritários:

Os valores atribuíveis às partes dos capitais próprios contabilísticos (corrigidos quando aplicável pela avaliação dos referidos activos descrita anteriormente) nas empresas filiais integradas na consolidação e detidas por terceiros que não sejam as empresas nela incluídas, foram inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários.

Relativamente aos resultados (corrigidos sempre que necessários por ajustamentos de homogeneização de critérios valorimétricos) atribuíveis às partes detidas por terceiros, que não sejam as empresas compreendidas na consolidação, nos capitais próprios das empresas filiais, foram apresentados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de resultados dos interesses minoritários a deduzir ao resultado do Grupo.

A rubrica de interesses minoritários incluída no balanço consolidado é analisada como segue (milhares de escudos):

Situação inicial	1 092 337
Aumentos	90 017
Diminuições	1 040 344
Situação final	142 010

O total do aumento dos interesses minoritários, deve-se à parte proporcional atribuível a terceiros dos resultados do exercício das empresas em que o Grupo não detém a totalidade do capital.

A diminuição refere-se à aquisição da participação de terceiros numa empresa do Grupo (998 501), e à diminuição no valor de terceiros

numa empresa do Grupo (29 405) e à parte proporcional atribuída a terceiros dos resultados das empresas em que o Grupo não detém a totalidade do capital (12 438).

11 — Aplicação consistente dos métodos e procedimentos utilizados na consolidação:

Os métodos e procedimentos utilizados na consolidação do presente exercício foram aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores.

12 — Eliminação de saldos, transacções e resultados entre empresas incluídas na consolidação:

Foram eliminados todos os saldos, transacções e resultados materialmente relevantes provenientes de operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, de forma a que os activos, os passivos, os capitais próprios, os custos e perdas e os proveitos e ganhos sejam apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas como se se tratasse de uma única empresa.

13 — Data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos e os passivos, custos e perdas e os proveitos e ganhos da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e das empresas filiais mencionadas na nota n.º 1, bem como a participação proporcional no resultado da empresa associada referida na nota n.º 3, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1997, data das demonstrações financeiras da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e de todas as suas filiais e associadas incluídas na consolidação com excepção das associadas mencionadas na nota n.º 4.

14 — Efeito provocado pelas alterações em 1997 na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

A entrada de novas empresas no perímetro de consolidação relativo à consolidação de 1997, teve os seguintes efeitos nas contas consolidadas (milhares de contos):

Imobilizado bruto	398
Amortizações acumuladas	133
Existências	1 196
Clientes	799
Endividamento bancário	700
Fornecedores	769
Vendas	887
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	530
Fornecimentos e serviços externos	216
Diferença de consolidação (activo)	738

15 — Uniformidade e consistência nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas filiais:

Para todos os elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios das empresas filiais incluídas na consolidação, foram utilizados os mesmos critérios de valorimetria fixados para a consolidação, os quais se encontram mencionados na nota n.º 23, aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores. Sempre que algum dos critérios adiante mencionados não tenha sido seguido pelas empresas filiais, os elementos do activo ou do passivo afectados foram ajustados de acordo com os critérios da consolidação, excepto nos casos em que os efeitos sejam materialmente irrelevantes.

16 — Ajustamentos excepcionais ao valor dos activos:

Não foram efectuados ajustamentos excepcionais ao valor dos activos exclusivamente para fins fiscais e de atribuição de subsídios por entidades governamentais que não tenham sido eliminados da consolidação.

17 — Motivos para amortização das diferenças de consolidação por um período superior a cinco anos:

Conforme mencionado na nota n.º 9 as diferenças de consolidação positivas resultantes de aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1991, são amortizadas ao longo de 10 anos.

Nas diversas aquisições efectuadas, o Grupo Amorim tem actualizado os *cash flow*s esperados a taxas de capitalização entre 10% e 12%, índices que pensa reflectirem de forma adequada as expectativas do Grupo na recuperação destes investimentos.

18 — Contabilização das participações em associadas:

Os investimentos financeiros representados por partes de capital nas empresas associadas mencionada na nota n.º 3, foram registados na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, tendo a participação financeira sido inscrita no balanço consolidado pelo montante correspondente à proporção detida indirectamente pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A. nos capitais próprios da empresa associada à data de aquisição (sendo a diferença para o custo de aquisição no montante de 85 128 milhares de escudos mencionada na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas no capital próprio e 119 640 milhares de escudos na rubrica de diferenças de consolidação do activo) e ajustada pela proporção da variação nos capitais próprios e no resultado do exercício das empresas associadas.

Os investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas associadas referidas na nota n.º 4, estão contabilizados pelo custo de aquisição.

Conforme se constata nas notas n.os 4 e 19, o efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da não inclusão destas empresas pelo método da equivalência patrimonial é imaterial.

19 — Efeito da não aplicação do método da equivalência patrimonial:

Em relação às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e por isso excluídas da consolidação conforme indicado na nota n.º 4, as diferenças entre o custo de aquisição e o montante correspondente à proporção dos capitais próprios representados por essa participação são as seguintes:

(Em milhares de escudos)

Firma	Custo de aquisição	Proporção nos cap. próprios	Diferença
Victor y Amorim, SRL	947	–	–
Samorim, FI	160 873	–	–

Não se encontram ainda disponíveis as contas relativas ao exercício de 1997.

20 — Uniformidade nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas associadas:

Todos os elementos do activo ou do passivo das empresas associadas foram valorizados segundo critérios idênticos aos utilizados na consolidação, os quais se encontram mencionados na nota n.º 23.

IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado:

Em 31 de Dezembro de 1997, uma subsidiária da Corticeira Amorim tinha compromissos de compra de matérias-primas no valor de 201 027 milhares de escudos.

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

As responsabilidades por garantias prestadas existentes em 31 de Dezembro de 1997 das empresas incluídas na consolidação eram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

Beneficiário	Valor	Motivo
IAPMEI/DGI/ICEP	253 257	Projectos de investim.
DGCI/Fazenda pública	3 153 160	Reembolso do IVA/processos judiciais relativos a impostos.
Entidades bancárias	7 127 878	Garantias sobre empréstimos.
Terceiros diversos	8 362 054	Garantias prestadas para C. A., SGPS, S. A., a favor de subsidiárias.
Diversos	960 514	–

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em relação às empresas que domina totalmente, assume, relativamente a essas sociedades, as

responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais. As garantias prestadas pela própria Corticeira Amorim — SGPS, S. A. às empresas filiais encontram-se descritas na nota n.º 32 do anexo ao balanço e demonstração dos resultados sociais.

Em exercícios anteriores, algumas empresas industriais contabilizaram cerca de 450 000 contos relativos a subsídios para acções de formação profissional realizadas em 1986-1987. Existe um processo judicial, movido pelo Estado, contra essas empresas no qual se questiona a adequação das acções realizadas aos pressupostos que lhes estavam subjacentes. Não foi constituída qualquer provisão com este fim, por se considerar que o desfecho desta situação não implicará custos significativos para as empresas.

À semelhança da generalidade dos grupos económicos portugueses, foi a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., confrontada no ano de 1996 com uma atitude inesperada da administração fiscal de exigência de imposto de selo à taxa de 5% sobre a realidade suprimentos no montante de cerca de 200 000 contos.

No entanto, de acordo com a doutrina unânime, vertida em pareceres de vários especialistas em direito fiscal consultados, tal exigência é ilegítima por razões de inconstitucionalidade material e ilegalidade comunitária, pelo que, é nossa convicção de que tal imposto não é devido.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 1993 a 1997 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e das empresas filiais entende que as correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 1997.

Como resultado de inspecção efectuada pelas autoridades fiscais, duas empresas do Grupo foram notificadas em exercícios anteriores para proceder a liquidações adicionais relativas a impostos sobre lucros e respectivos juros compensatórios. As empresas em causa impugnaram judicialmente a posição das autoridades fiscais, sendo sua intenção defender esta posição em todas as instâncias. Como medida de precaução foi constituída em anos anteriores uma provisão de 494 milhares contos, reforçada em 25 milhares contos no exercício de 1997, a qual figura nas contas consolidadas na rubrica de provisões para riscos e encargos, valor considerado suficiente para fazer face aos riscos existentes.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas seguidas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) *Custo histórico*. — As contas consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com excepção das imobilizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais conforme mencionado na nota n.º 41 e dos terrenos e edifícios avaliados a preços de mercado conforme referido na nota n.º 10.

b) *Transacções e saldos em moeda estrangeira*. — Nas filiais cuja moeda funcional é o escudo, as transacções em moeda estrangeira são convertidas para escudos aos câmbios oficiais vigentes à data da operação.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor no final do exercício anterior ou na data das transacções e aquelas em vigor na data dos recebimentos ou pagamentos, bem como as potenciais apuradas pela actualização para escudos de todos os valores activos e passivos expressos em moeda estrangeira existentes à data do balanço por referência às paridades vigentes nessa data e indicadas na nota n.º 24, integram os resultados correntes do exercício, sendo mostradas nas rubricas de diferenças de câmbio nos resultados financeiros (nota n.º 44), excepto as que se relacionam com o financiamento de imobilizações corpóreas enquanto em curso, as quais são diferidas, quando entendido como pertinente, para posterior amortização ao longo da vida útil estimada dos bens adquiridos.

Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão abrangidos por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em escudos.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os subsídios obtidos para aquisição de imobilizado corpóreo são contabilizados apenas no momento do seu recebimento e diferidos no balanço na rubrica de acréscimos e diferimentos — proveitos diferidos no passivo, sendo posteriormente reconhecidos como proveitos extraordinários ao longo da vida útil dos bens adquiridos de forma proporcional às amortizações registadas.

Os subsídios destinados à exploração são contabilizados com proveito aquando da respectiva autorização pela entidade competente.

d) *Imobilizado corpóreo*. — Os bens do activo imobilizado corpóreo são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respectivo período de construção ou instalação e que são capitalizados até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, sendo estes valores e as respectivas amortizações acumuladas, reavaliados pela aplicação dos coeficientes técnicos definidos pela legislação fiscal portuguesa, conforme referido na nota n.º 41.

Relativamente aos terrenos e edifícios das empresas filiais foi efectuada, com referência a 1 de Janeiro de 1991, para as empresas já anteriormente integradas na Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e na data de aquisição para as adquiridas posteriormente, uma avaliação a preços de mercado, por técnicos independentes. A diferença nessa data entre os valores contabilísticos reavaliados pela aplicação das normas fiscais portuguesas e os correspondentes valores de mercado encontra-se a deduzir à diferença de consolidação, conforme referido e quantificado na nota n.º 10.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal e definidas na portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto, e no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, consoante os bens tenham sido adquiridos até 31 de Dezembro de 1988 ou posteriormente, aplicadas sobre os valores reavaliados ou, no caso dos edifícios, sobre os valores resultantes da avaliação independente, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

e) *Existências*. — As existências encontram-se valorizadas pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respectivo preço de compra adicionado dos gastos suportados directa e indirectamente para colocar o bem no seu estado actual e no local de armazenagem. Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pela provisão para depreciação de existências a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As quantidades existentes no final do ano foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas e existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo médio de produção que inclui os custos directos e indirectos de fabrico incorridos nas próprias produções.

f) *Provisões para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos*. — São calculadas de acordo com os valores considerados efectivamente necessários, em função dos riscos potenciais de cobrança identificados no final do exercício ou para fazer face a perdas estimadas ou a situações a que estejam associados riscos ou incerteza.

Sempre que os riscos de incobrabilidade ou as perdas estimadas estejam relacionados com actividades, operações ou situações que, embora reconhecidos no exercício, são devidos a factos não directamente ligados à exploração corrente, as provisões constituídas são relevadas na rubrica de aumentos de amortizações e provisões incluída nos resultados extraordinários (nota n.º 45).

g) *Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos*. — O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração consolidada dos resultados no montante de 492 087 milhares de escudos (1996: 390 518 milhares de escudos), é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente ou os

grupos de consolidação fiscal quando existentes, apenas no caso das empresas Amorim Isolamentos, S. A., Itexcork, L.da, e Corticeira Amorim Algarve, L.da

Reconhece-se ao nível do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados a diferença que aparecer resultante da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar para o conjunto das empresas referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargos efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível, conforme mencionado na nota n.º 38.

24 — Cotações utilizadas para conversão em escudos das demonstrações financeiras originariamente expressas em moeda estrangeira:

Os valores activos e passivos existentes nas filiais estrangeiras em 31 de Dezembro foram convertidos para escudos com base nas taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 1997.

As rubricas do capital próprio das filiais e associadas estrangeiras existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 foram convertidas para escudos com base nas taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 1990, tendo sido utilizado para as adquiridas posteriormente a taxa de câmbio na data de aquisição. Todas as variações no capital próprio, existentes após a data de aquisição, foram convertidas à taxa de câmbio média do ano em que ocorreram.

Os valores constantes da demonstração de resultados das filiais e a proporção nos resultados das empresas associadas estrangeiras foram convertidos em escudos pela aplicação das taxas médias de câmbio do ano de 1997.

A diferença encontrada pela aplicação aos diferentes valores das demonstrações financeiras das filiais estrangeiras, das diversas taxas de câmbio acima enunciadas foi levada à conta diferença de conversão cambial apresentada no capital próprio.

As cotações utilizadas para conversão em escudos dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas/originalmente expressos em moeda estrangeira foram:

(Em escudos por divisa)

Divisa	Taxa de câmbio no fim do ano		Taxa de câmbio média	
	1997	1996	1997	1996
ATS	14,54000	14,30500	14,37000	14,57200
USD	183,33000	156,38500	175,31000	154,22400
FRF	30,58000	29,86000	30,03000	30,14500
DEM	102,30000	100,66000	101,08000	102,51900
GBP	303,03000	265,74200	287,21000	240,86000
DKK	26,86000	26,31300	26,53000	26,60000
CHF	126,30000	115,84800	120,81000	124,90400
FIM	33,82000	33,68800	33,77000	33,59200
NOK	24,91000	24,30200	24,77000	23,88400
SEK	23,16000	22,69200	22,96000	23,00600
MAD	18,84000	17,72000	18,45000	17,67000
BEF	4,95920	4,88590	4,89880	4,98150
ITL	0,10411	0,10237	0,10307	0,09999
NLG	90,76000	89,68300	89,81000	91,49200
ESP	1,20800	1,19410	1,19710	1,21790
JPY	1,40270	1,34370	1,45170	1,41850
XEU	202,13000	194,27400	197,98000	193,16700
CAD	127,87000	114,13300	126,47000	113,10800
ZAR	37,69000	33,41200	38,05000	36,11100
AUD	119,71000	124,56100	130,23000	120,76800
IEP	262,03000	262,72200	265,65000	246,87300
TND	0,16000	–	–	–

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

As despesas de instalação referem-se essencialmente a custos com constituição e transformação das sociedades e aumentos de capital que foram capitalizados e amortizados em três anos pelo método das quotas constantes.

O movimento nesta rubrica durante o ano de 1997 foi o seguinte:

(Em milhares de escudos)

Descrição	Saldo inicial (liq. de amort. acumuladas)	Aumentos de valor bruto	Reduções p/ amortizações do exercício	Abates e outros ajustam.	Saldo final (liq. de amort. acumuladas)
Despesas de investigação e desenvolvimento	206 189	35 468	162 123	(42 821)	122 355

26 — Amortização de trespasses para além de cinco anos:

A amortização de trespasse é feita por um período de 15 anos e corresponde ao período reconhecido como necessário para recuperar o valor investido na aquisição do aviamento por parte de duas subsidiárias alemãs. O valor acumulado da amortização atingiu o valor de — 22 506 milhares de escudos.

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

O movimento ocorrido durante 1997 nas imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

Activo bruto:

(Em milhares de escudos)

	Saldo inicial	Reaval./ ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates regulariz.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	245 656	–	23 894	–	18 379	287 929
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 382 227	–	35 468	–	— 121 889	1 295 806

(Em milhares de escudos)

	Saldo inicial	Reaval./ ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates regulariz.	Saldo final
Propriedade industrial e outros direitos	145 886	–	12 686	–	15 278	173 850
Trespasses	151 993	–	–	–	2 469	154 462
Imobilizações em curso	87 227	–	58 844	–	— 62 016	84 055
Adiantam. por conta de imobiliz. incorpóreas	–	–	–	–	–	–
Diferenças de consolidação	5 391 977	–	1 249 693	–	–	6 641 670
	7 404 966	–	1 380 585	–	— 147 779	8 637 772
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e outros recursos naturais.	3 494 330	–	3 278	7 406	— 8 111	3 482 091
Edifícios e outras construções	19 038 848	–	568 470	127 046	407 965	19 888 237
Equipamento básico	22 340 656	–	1 307 605	217 632	404 665	23 835 294
Equipamento de transporte	1 805 046	–	419 553	158 407	1 836	2 068 028
Ferramentas e utensílios	418 368	–	29 201	11 628	— 128 308	307 633
Equipamento administrativo	2 219 201	–	246 640	111 153	54 141	2 408 829
Taras e vasilhame	30 295	–	11 806	344	— 45	41 172
Outras imobilizações corpóreas	294 259	–	110 625	222	— 389	404 273
Imobilizações em curso	573 632	–	1 224 313	814	— 456 306	1 340 825
Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	9 335	–	389 272	–	— 16 347	382 260
	50 223 970	–	4 310 763	634 652	259 101	54 159 182
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas associadas	348 981	–	24 412	23 867	— 19 172	330 354
Empréstimos a empresas associadas	10 840	–	–	–	–	10 840
Títulos e outras aplicações financeiras	752 228	–	9 330	16 074	55 388	656 205
Outros empréstimos concedidos	2 297	–	62 624	–	— 1 082	63 839
Imobilizações em curso	6 852	–	17 564	–	104	24 520
Adiantam. por conta de investim. financeiro	112 846	–	87 330	–	— 112 846	87 330
	1 234 044	–	201 260	18 460	— 77 608	1 173 088

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	220 363	29 076	1 292	250 731
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 176 038	162 123	— 164 710	1 173 451
Propriedade industrial e outros direitos	70 434	15 287	2 752	88 473
Trespasses	12 081	10 227	198	22 506
Diferenças de consolidação	1 233 302	710 030	–	1 943 332
	2 712 218	926 743	— 160 468	3 478 493
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	–	–	–	–
Edifícios e outras construções	11 799 909	769 324	52 967	12 622 200
Equipamento básico	15 048 190	1 752 303	— 14 673	16 785 820
Equipamento de transporte	1 210 341	316 438	— 119 828	1 406 951
Ferramentas e utensílios	290 110	26 560	— 74 172	242 498
Equipamento administrativo	1 714 002	275 656	— 72 532	1 917 126
Taras e vasilhame	29 423	3 679	— 2 891	30 211
Outras imobilizações corpóreas	192 475	60 340	12 813	265 628
	30 284 450	3 204 300	— 218 316	33 270 434
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	206 806	21 775	— 39 767	188 814
Outros empréstimos concedidos	–	–	–	–
	206 806	21 775	— 39 767	188 814

A coluna de regularizações em ambos os quadros inclui também o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para escudos dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas.

A coluna de aumentos reflecte também os valores provenientes das empresas adquiridas durante 1997.

28 — Custos financeiros capitalizados no exercício:

Não foram capitalizados no exercício quaisquer custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações (1996: 0 milhares de escudos).

O total de custos financeiros capitalizados nas rubricas do imobilizado corpóreo no período de 1991 a 1997 ascendeu a 245 755 milhares de escudos.

29 — Amortizações e provisões extraordinárias feitas exclusivamente para fins fiscais:

Não houve ajustamentos de valor dos activos compreendidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para efeitos fiscais.

30 — Diferenças entre os custos de elementos do activo circulante e os respectivos preços de mercado:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado (substituição) dos elementos que integram o activo circulante.

31 — Atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado:

Não existem circunstâncias especiais que justifiquem a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

32 — Provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante:

Durante 1997 não foram criadas provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.

33 — Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos:

As dívidas a terceiros a mais de cinco anos montam a 70 426 contos e referem-se a empréstimos obtidos.

34 — Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais:

Em 31 de Dezembro de 1997, havia dívidas a terceiros apresentadas no passivo consolidado e que se encontrassem cobertas por garantias reais no valor de 127 875 contos.

35 — Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas:

Não existem diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

36 — Vendas líquidas consolidadas:

As vendas líquidas e as prestações de serviços consolidadas distribuíram-se da seguinte forma:

(Em milhares de escudos)

Descrição	1997	1996
Mercado interno	6 373 000	6 329 120
Mercado externo	53 630 179	46 848 333
Totais	60 003 179	53 177 453

37 — Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais:

Não foram utilizados critérios de valorimetria não previstos no Plano Oficial de Contabilidade e não foram constituídas amortizações ou provisões extraordinárias com vista a obter vantagens fiscais.

38 — Impostos diferidos:

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de impostos diferidos, de acordo com os princípios definidos na nota n.º 9 e alínea *g*) da nota n.º 23, e ascende a 60 865 milhares de escudos (1996: 91 007 milhares de escudos).

O efeito no balanço consolidado provocado por esta diferença ascende no activo a 0 milhares de escudos (1996: 29 787 milhares de escudos) e no passivo a 116 369 milhares de escudos (1996: 134 984 milhares de escudos), conforme mostrado nas respectivas rubricas.

39 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. pelo desempenho das respectivas funções nesta e nas suas empresas filiais foram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

Descrição	1997	1996
Conselho de administração	35 600	34 441
Conselho fiscal	37 000	25 115

Não existem compromissos surgidos ou contraídos em matéria de pensões de reforma referentes aos antigos membros daqueles órgãos.

40 — Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.:

Não foram concedidos, durante o exercício, adiantamentos ou empréstimos aos membros de cada um dos órgãos de administração ou de fiscalização da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., por esta ou por uma empresa filial nem foram assumidos compromissos por conta daqueles por meio de garantia de qualquer espécie.

41 — Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado corpóreo:

O imobilizado corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1989 pelas empresas filiais incluídas na consolidação com sede em Portugal foi reavaliado, conforme aplicável, em 1978 (Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro), 1982 (Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho), 1984 (Decreto-Lei n.º 399-G/84), 1986 (Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio), 1988 (Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril) e 1990 (Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro).

O imobilizado corpóreo adquirido posteriormente a 1 de Janeiro de 1990 não foi objecto de qualquer reavaliação para efeito das demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme referido na alínea *d*) da nota n.º 23, os terrenos e edifícios das empresas filiais existentes ou adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 foram avaliados por técnicos independentes. O efeito encontra-se referido e quantificado na nota n.º 10.

Não foi efectuada qualquer reavaliação dos investimentos financeiros adquiridos posteriormente a 31 de Dezembro de 1989.

42 — Efeito das reavaliações legais e avaliações independentes:

As reavaliações relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas da forma mencionada na nota n.º 41 e as avaliações independentes referidas na alínea *d*) da nota n.º 23, têm o seguinte efeito no imobilizado corpóreo e financeiro à data de 31 de Dezembro de 1997:

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Custos históricos (*a*)	Reavaliações (*a*) (*b*)	Avaliações (*a*)	Valores contabil. reaval. (*a*)
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	908 237	327 288	2 246 566	3 482 091
Edifícios e outras construções	4 824 129	1 018 973	1 422 935	7 266 037
Equipamento básico	6 224 457	825 017	–	7 049 474
Equipamento de transporte	661 077	–	–	661 077
Ferramentas e utensílios	65 135	–	–	65 135

(Em milhares de escudos)

Rubricas	Custos históricos (*a*)	Reavaliações (*a*) (*b*)	Avaliações (*a*)	Valores contabil. reaval. (*a*)
Equipamento administrativo	486 037	5 666	–	491 703
Taras e vasilhames	11 501	–	–	11 501
Outras imobilizações corpóreas	138 645	–	–	138 645
	13 319 218	2 176 944	3 669 501	19 165 663
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	90 194	–	103 844	194 038

(*a*) Líquidos de amortizações.
(*b*) Englobam as sucessivas reavaliações.

43 — Comparabilidade do conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados:

Dever-se-á atender ao exposto no n.º 14 deste anexo para se poder comparar o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados, entre o presente exercício e o anterior.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados em 1997 e 1996 têm a seguinte decomposição:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1997	1996
Juros suportados	1 414 970	1 697 792
Remunerações a títulos de participação	–	–
Amortizações de investimentos em imóveis	8 706	8 879
Provisões para aplicações financeiras	–	2 205
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1 847 556	884 421
Descontos de pronto pagamento concedidos	327 317	328 141
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	–	1 461
Outros custos e perdas financeiros	184 994	171 599
Perdas relativas a empresas associadas	–	11 000
Resultados financeiros	— 1 993 392	— 1 482 212
	1 790 151	1 623 286

PROVEITOS E GANHOS

	1997	1996
Juros obtidos	220 507	399 091
Rendimentos de títulos de participação	–	–
Rendimentos de imóveis	11 700	14 065
Ganhos de participações de capital relativos a empresas associadas	674	1 639
Ganhos de participações de capital relativos a outras empresas	6	211
Diferenças de câmbio favoráveis	1 102 793	745 922
Descontos de pronto pagamento obtidos	434 150	440 704
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	–	–
Outros proveitos e ganhos financeiros	20 321	21 654
	1 790 151	1 623 286

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários consolidados em 1997 e 1996 têm a seguinte decomposição:

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1997	1996
Donativos	39 461	49 901
Dívidas incobráveis	161 100	36 323
Perdas em existências	57 044	5 222
Perdas em imobilizações	84 769	35 160
Multas e penalidades	7 859	34 477
Aumentos de amortizações e de provisões	47 852	16 313
Correcções relativas a exercícios anteriores	91 287	105 727
Outros custos e perdas extraordinárias	105 689	11 305
Resultados extraordinários	162 308	436 185
	757 369	730 613

PROVEITOS E GANHOS

(Em milhares de escudos)

	1997	1996
Restituição de impostos	65 437	1 739
Recuperação de dívidas	10 654	22 420
Ganhos em existências	270	2 810
Ganhos em imobilizações	230 445	151 200
Benefícios de penalidades contratuais	940	37 795
Reduções de amortizações e de provisões	116 274	97 805
Correcções relativas a exercícios anteriores	55 392	96 675
Outros proveitos e ganhos extraordinários	277 957	320 169
	757 369	730 613

46 — Desdobramento das contas de provisões e movimentos ocorridos no exercício:

O quadro seguinte desdobra as contas de provisões acumuladas e explicita os movimentos ocorridos no exercício:

(Em milhares de escudos)

Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução regulariz.	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	–	–	–	–
Provisões para cobranças duvidosas	1 581 162	374 366	349 517	1 606 011
Provisões para riscos e encargos	936 179	134 505	38 378	1 032 306
Provisões para depreciação de existências	273 224	88 074	49 573	311 725
Provisões para investimentos financeiros	206 806	21 775	1 041	227 540

47 — Bens utilizados em regime de locação financeira e respectivos valores contabilísticos:

Não são considerados materialmente relevantes os bens utilizados em regime de locação financeira.

48 — Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado:

Não existem dívidas que se encontrem tituladas por rubricas do balanço consolidado e que não estejam nele evidenciadas.

VII — Informações diversas:

49 — Outras informações exigidas por diplomas legais:

Não existem outras informações referentes a contas consolidadas que sejam exigidas por outros diplomas legais.

Relativamente a todas as empresas filiais com sede em Portugal e de acordo com a exigência do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, informa-se de que não existe dívida vencida à segurança social, sendo que o saldo à data do balanço se refere às retenções efectuadas sobre as remunerações de Dezembro de 1997, bem como aos respectivos encargos patronais.

50 — Outras informações consideradas relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados:

a) Fundo de pensões:

A Corticeira Amorim celebrou com a Praemium — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. a constituição do Fundo de Pensões Amorim por escritura pública de 24 de Outubro de 1989. O Fundo de Pensões que engloba as empresas Amorim & Irmãos, S. A., Corticeira Amorim Indústria, S. A., Corticeira Amorim Algarve, L.da, Champcork, S. A., Expocor, S. A., Amorim Revestimentos, S. A., Portocork Internacional, S. A., Vasconcelos & Lyncke, L.da e Itexcork, L.da, garante benefícios aos trabalhadores em caso de reforma por velhice ou invalidez.

O valor do Fundo afecto às empresas que o constituem em 31 de Dezembro de 1996 é de 453 003 milhares de escudos. (31 de Dezembro de 1995: 424 286 milhares de escudos).

Segundo o contrato celebrado com a sociedade gestora, as empresas constituintes do Fundo não se obrigam a manter estas contribuições anuais, dado não existir qualquer responsabilidade assumida para com os seus trabalhadores para fazer face a este tipo de benefícios.

Durante o exercício aprofundou-se a reflexão sobre a viabilidade futura do Fundo de Pensões, processo que poderá conduzir à respectiva extinção; se tal vier a acontecer, e conforme prevê o respectivo regulamento, serão repartidos por todos os trabalhadores nele integrados os fundos remanescentes após acautelados os interesses dos trabalhadores que no momento da sua extinção aufiram já do respectivo complemento de reforma.

b) Decomposição do capital social:

No final dos exercícios de 1996 e 1997, o capital social estava representado por 14 300 000 acções ordinárias que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1000 escudos.

c) Empréstimos por obrigações:

Incluído na rubrica do passivo a médio e longo prazo está o montante de 5 500 000 milhares de escudos relativo ao empréstimo obrigacionista emitido pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A. Este empréstimo teve início em 19 de Junho de 1995 por um período de 10 semestres. A amortização será efectuada ao par, de uma só vez, na data do pagamento do 10.º cupão, ou seja a 19 de Junho de 2000, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial. O reembolso antecipado poderá ser efectuado a partir da data do vencimento do 4.º cupão por redução do valor nominal, sem qualquer penalização. A taxa de juro é indexável à média das 10 últimas taxas da Lisbor + 30 pontos base verificadas antes do início de cada período de contagem de juros.

d) Dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazo:

O montante de milhares de escudos apresentado no passivo consolidado sob esta rubrica tem os seguintes prazos de reembolso: 1999: 563 408 milhares de escudos; 2000: 247 178 milhares de escudos; 2001: 478 423 milhares de escudos; 2002: 48 822 milhares de escudos; 2003 e além: 70 426 milhares de escudos.

Estes empréstimos encontram-se principalmente estabelecidos nas seguintes moedas: PTE (14%), ATS (13%), DEM (24%) e NLG (4%), FRF (4%), GBP (9%), USD (32%).

e) Câmbios contratados com instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 1997, existiam contratos de *forwards* relativos a divisas usadas nas transacções da Corticeira Amorim, no montante de 6 565 084 milhares de escudos.

Todas as informações consideradas relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação foram evidenciadas neste anexo.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1997 (que evidencia um total de balanço de 67 002 647 contos, um total de capital próprio de 29 019 785 contos, incluindo um resultado líquido de 2 129 845 contos), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (*i*) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (*ii*) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (*iii*) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (*iv*) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (*v*) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 1997, o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 27 de Fevereiro de 1998. — Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

Srs. Accionistas:

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar o parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1997.

No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e do Grupo. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística não tendo tomado conhecimento de qualquer violação à lei ou contrato de sociedade tendo emitido as certificações legais das contas, em anexo, que devem ser entendidas como parte integrante deste relatório. Elaborámos os relatórios sobre a fiscalização endereçados ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, tanto das contas sociais como das contas consolidadas, foram preparados de acordo com as disposições legais;

ii) As políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados são adequados;

iii) Os relatórios de gestão são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação, evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes das certificações legais das contas, somos do parecer que:

i) Sejam aprovados os relatórios de gestão;

ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras sociais e consolidadas;

iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 27 de Fevereiro de 1998. — O Fiscal Único: Bernardes, Sismeiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 20 da assembleia geral

Aos 3 dias do mês de Abril de 1998, pelas 12 horas, na sede social, no lugar de Meladas, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, reuniu a assembleia geral da sociedade comercial anónima denominada Corticeira Amorim — SGPS, S. A., pessoa colectiva n.º 500077797, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o n.º 554, com o capital social de 14 300 000 000 de escudos, conforme convocatória publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 50, a p. 4446, no jornal *O Primeiro de Janeiro* e no jornal *Terras da Feira*, respectivamente, dos dias de 28, 20 e 26 de Fevereiro de 1998, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 1997;
2.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 1997;
3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
4.º Deliberar para os fins do preceituado no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais;
5.º Deliberar sobre cooptação do administrador Jorge Armindo de Carvalho Teixeira, nos termos do artigo 393.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais;
6.º Deliberar sobre a aquisição de acções próprias;
7.º Deliberar sobre a alienação de acções próprias.

Constituíram a mesa o respectivo presidente, Dr. Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa, bem como os secretários, Drs. Álvaro Rodrigues Machado de Castro e Armando César Lopes Fevereiro.

O presidente da mesa verificou, pela lista de presenças elaborada nos termos do disposto no artigo 382.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais, estarem presentes e representados 11 accionistas, detentores de 8 323 502 acções, com o valor nominal de 1000$ cada, representativas de 58,20% do capital social, conferindo direito a 83 235 votos.

Encontravam-se presentes os membros em exercício da administração e da fiscalização.

O presidente da mesa declarou aberta a reunião.

Na sequência, o presidente da mesa leu em voz alta a ordem de trabalhos constante da convocatória, imediatamente submetendo à discussão, no âmbito do ponto 1.º da ordem de trabalhos, o relatório de gestão e as contas do exercício social de 1997.

O presidente do conselho de administração Américo Ferreira de Amorim, produziu algumas considerações sobre o relatório e as contas do exercício, demonstrativos da evolução dos negócios e da situação da sociedade no ano de 1997, destacando os aspectos mais relevantes desses documentos e os factos deles constantes relativos ao exercício a que se reportam, findo o que se disponibilizou para prestar quaisquer esclarecimentos.

Como não houvesse quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 1997, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício social de 1997.

O presidente do conselho de administração Américo Ferreira de Amorim, retomando a palavra, teceu alguns considerandos sobre o relatório consolidado e as contas consolidadas do exercício, que visam descrever e reflectir a actividade desenvolvida pelas empresas do sector da cortiça do Grupo Amorim, no ano de 1997, salientando os aspectos mais importantes desses documentos e os factos deles constantes relativos ao exercício a que se reportam, tendo-se ainda disponibilizado para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

O presidente da mesa depois de verificar que não havia quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 1997, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo sido, pelo conselho de administração, apresentada a seguinte proposta:

Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 1997, é positivo no valor de 6 705 981 186$60, propõe que os accionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de 6 705 981 186$60, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal: 335 299 059$60;
Para reservas livres: 5 512 682 127$;
Para dividendos: 858 000 000$.

Não havendo quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual, votada, foi aprovada por unanimidade.

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, passou-se ao ponto 4.º, no âmbito do qual, pela accionista, Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando:

a) A actuação criteriosa e ordenada, do conselho de administração, no interesse da sociedade;
b) A forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspectos mais relevantes da sociedade;
c) A acção desenvolvida pelo conselho fiscal, no decurso do exercício;

propõe, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, que os accionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos sociais e a cada um dos seus membros.

No seguimento da apresentação da proposta anteriormente referida, e não havendo quem pretendesse intervir, o presidente da mesa, após ter declarado que a mesa da assembleia geral também se associava àquele voto de confiança, declarou submeter a citada proposta à votação, a qual, votada, foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 5.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

Tendo em consideração a cooptação do administrador, Dr. Jorge Armindo de Carvalho Teixeira, efectuada na reunião deste conselho de 9 de Setembro de 1997, motivada pela renúncia do administrador Dr. Antero Aires Marques dos Santos, propõe, que os accionistas deliberem ratificar a cooptação, efectuada por este conselho, do administrador Dr. Jorge Armindo de Carvalho Teixeira.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual, votada, foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 6.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., propõe, que a assembleia geral delibere a aquisição pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

a) Número máximo de acções a adquirir: até ao limite correspondente a 10% do capital social;
b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;
c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou fora da Bolsa;
d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das acções deverá conter-se entre o valor mínimo de 1000$ e máximo de 4000$.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual, votada, foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 7.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., propõe, que a assembleia geral delibere a alienação pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

a) Número de acções a alienar: até ao limite correspondente a 10% do capital social;
b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;
c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou fora da Bolsa;
d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de 2500$ por acção.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual, votada, foi aprovada com os votos favoráveis da maioria dos accionistas presentes, tendo apenas votado contra a proposta a accionista Northern Trust Company — General Account, titular de 1800 acções, correspondentes a 0,01% do capital social.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa expressou aos accionistas o seu agradecimento pela participação e colaboração de todos, declarando, pelas 12 horas e 45 minutos, encerrada a reunião.

E para constar lavrou-se a presente acta que, depois de lida pelos membros da mesa, foi considerada conforme e aprovada, em razão do que, para que faça prova, vai por eles ser assinada.

A Assembleia Geral: *(Assinaturas ilegíveis.)* 3000210781

CORTICEIRA AMORIM — SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 554/630502; identificação de pessoa colectiva n.º 500077797; inscrições n.os 38 e 39; números e data das apresentações: 92 e 93/ 29 de Abril de 1999.

Paula Cristina Gonçalves da Cunha, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira:

Certifica que, pelas apresentações supra-referidas foram depositados na pasta respectiva os documentos relativos à prestação de contas e contas consolidadas do ano de exercício de 1998.

Conferida, está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 10 de Março de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Paula Cristina Gonçalves da Cunha*.

Relatório e contas de 1998

Relatório de gestão

No cumprimento do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório de gestão, as contas do exercício de 1998 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei.

I — Evolução macroeconómica em 1998

Economia global

A economia mundial caracterizou-se em 1998, em particular nos mercados emergentes, por uma relativa instabilidade, que se foi agravando ao longo do ano, em consequência da manutenção da crise fi-